



Por uma vida melhor

Intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro

:: Sumário

1. Entenda o caso

2. Artigos de intelectuais, pesquisadores e educadores favoráveis ao livro

- i. Associação de Linguística Aplicada do Brasil (Alab)
- ii. Associação Brasileira de Linguística (Abralín)
- iii. UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
- iv. Pasquale Cipro Neto (Folha de S. Paulo)
- v. Marcos Bagno - UnB (em O Globo)
- vi. Sírio Possenti - Unicamp (em O Estado de S. Paulo)
- vii. Thais Nicoletti de Camargo - Folha de S. Paulo
- viii. Cristóvão Tezza, escritor (na Gazeta do Povo - PR)
- ix. Ana Maria Stahl Zilles (entrevista em A Notícia - SC)
- x. Carlos Alberto Faraco - UFPR (na Gazeta do Povo - PR)
- xi. Lucia Furtado de Mendonça Cyranka (UFRJ)
- xii. Miriam Lemle, linguista (UFRJ)
- xiii. José Miguel Wisnik (O Globo)
- xiv. Luís Nassif
- xv. Affonso Romano, escritor
- xvi. Procuradora Regional da República em São Paulo, Janice Ascari
- xvii. Hélio Schwartsman (Folha.com)
- xviii. Eliane Brum (Revista Época)
- xix. Ludmila Thomé de Andrade – UFRJ
- xx. Darcília Marindir Pinto Simões – UERJ
- xxi. Dante Lucchesi (UFBA)
- xxii. Sérgio Fausto (IFCH)
- xxiii. Silvano Santiago
- xxiv. Stella Bortoni (UNB)
- xxv. Formandos em Letras (PUC-SP)
- xxvi. Arnaldo Bloch e Hugo Sukman (Globo.com)

3. Notas públicas da Ação Educativa

4. Nota pública SECADI-MEC

5. O que dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

6. Lista de vídeos e reportagens em áudio disponíveis na internet

Entenda o caso

Desde o último 12 de maio de 2011, muitas notícias, debates e artigos foram veiculados pelos meios de comunicação acerca de um trecho presente em uma página do livro “Por uma vida melhor” que trata do que se denomina de variação linguística.

Informações incorretas ou imprecisas foram divulgadas com base em uma frase retirada de seu contexto. Considerando esses equívocos, a Ação Educativa, responsável pela construção da proposta pedagógica da obra, informa que:

1. O livro é destinado à EJA – Educação de Jovens e Adultos. Ao falar sobre o tema, muitos veículos omitiram este “detalhe” e a mídia televisiva chegou a ilustrar VTs com salas de crianças. Nessa modalidade, é necessário levar em consideração a bagagem cultural do adulto para incentivá-lo a adquirir novos conhecimentos.
2. O capítulo “Escrever é diferente de falar”, como o próprio título indica, propõe, em um trecho específico, apresentar ao estudante da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) as diferenças entre a norma culta e as variantes que ele aprendeu até chegar à escola, ou seja, variantes populares do idioma.
3. Os autores não se furtam a ensinar a norma culta. Pelo contrário, a linguagem formal é ensinada em todo o livro, inclusive no trecho em questão. No capítulo mencionado, os autores apresentam trechos inadequados à norma culta para que o estudante os reescreva e os adeque ao padrão formal, de posse das regras aprendidas. Por isso, é leviana a afirmação de que o livro “despreza” a norma culta. Ainda mais incorreta é a afirmação de que o livro “contém erros gramaticais”, ou ainda que “ensina a falar e escrever errado”.
4. O livro “Por uma vida melhor” faz parte do Programa Nacional do Livro Didático e está plenamente de acordo com o que está proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a língua portuguesa, publicados em 1997. Por meio do PNLD, o MEC promove a avaliação de dezenas de obras apresentadas por editoras, submete-as à avaliação de especialistas e depois oferece as aprovadas para que secretarias de educação e professores façam suas escolhas. O livro produzido pela Ação Educativa foi submetido a todas essas regras e escolhido, pois se adequa aos parâmetros curriculares do Ministério e aos mais avançados parâmetros da educação linguística.
5. A Ação Educativa tem larga experiência no tema, e a coleção Viver, Aprender é um dos destaques da área. Seus livros já foram utilizados como apoio à escolarização de milhões de jovens e adultos, antes de ser adotado pelo MEC, em vários estados.

Posicionamento da Associação de Linguística Aplicada do Brasil

Polêmica em relação a erros gramaticais em livro didático de Língua Portuguesa revela incompreensão da imprensa e população sobre a atuação do estudioso da linguagem

A divulgação da lista de obras aprovadas pelo Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) para o ensino da língua portuguesa na Educação de Jovens e Adultos (EJA) provocou verdadeira celeuma na imprensa e comunidade acadêmica sobre a aprovação de obras com “erros” de língua portuguesa.

Frases como “Nós pega o peixe”, “os menino pega o peixe”, “Mas eu posso falar os livro” e outras que transgridem a norma culta, publicadas no livro Por uma Vida Melhor, aprovado pelo PNLD e distribuído em escolas da rede pública pelo MEC, causaram a indignação de jornalistas, professores de língua portuguesa e membros da Academia Brasileira de Letras.

O grande incômodo, relacionado ao fato do livro relativizar o uso da norma culta, substituindo a concepção de “certo e errado” por “adequado e inadequado”, retrata a incompreensão da imprensa e população em relação ao escopo de atuação de pesquisadores que se ocupam em compreender e analisar os usos situados da linguagem.

A polêmica em torno deste relativismo, assim como a interpretação deturpada de pesquisas na área da linguagem, não são novas. Em novembro de 2001, na reportagem de capa da Revista Veja, intitulada “Falar e escrever bem, eis a questão”, Pasquale Cipro Neto dirigiu-se ofensivamente a pesquisadores da área de linguagem que defendem a integração de outras variedades no ensino de língua portuguesa como uma corrente relativista e esquerdistas de meia pataca, idealizadores de “tudo o que é popular – inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do “povo” (Fonte, Veja Online, consultada em 20.05.2011).

Mais de uma década após a publicação dos PCN e da instituição do PNLD de Língua Portuguesa, ambos frutos das pesquisas destes estudiosos relativistas, a imprensa e população continuam a interpretar de forma deturpada a proposta de ensino defendida nas diretrizes curriculares e transpostas didaticamente nas coleções aprovadas no PNLD.

“Ao contrário de contribuir para uma agenda partidária de manutenção da ignorância, acusação levianamente imputada ao livro e ao PNLD, os “erros” em questão, se interpretados contextualizadamente e explorados de forma interessante em sala de aula, contribuem para o desenvolvimento da consciência linguística, mostrando que apesar de todas as variedades serem aceitáveis, o domínio da norma culta é fundamental para efetiva participação nas diversas atividades sociais de mais prestígio”

Tal deturpação ressalta um problema sério de leitura, muito provavelmente decorrente da prática cristalizada historicamente de se ensinar a gramática pela gramática, de forma abstrata e não situada. Pois, ao situar e inscrever as frases incorretas responsáveis por tanto desconforto no contexto concreto em que foram enunciadas, fica clara a intenção da autora de mostrar que precisamos adequar a linguagem ao contexto e optar pela variante mais adequada à situação de comunicação, preceito básico para participação nas diversas práticas letradas em que nos engajamos no mundo social.

Assim, ao contrário de contribuir para uma agenda partidária de manutenção da ignorância, acusação levianamente imputada ao livro e ao PNLD (e, portanto, aos estudiosos da linguagem), os “erros” em questão, se interpretados contextualizadamente e explorados de forma interessante em sala de aula, contribuem para o desenvolvimento da consciência linguística, mostrando que apesar de todas as variedades serem aceitáveis, o domínio da norma culta é fundamental para efetiva participação nas diversas atividades sociais de mais prestígio.

Se, portanto, situarmos a linguagem, não há razão para polêmica ou desconforto e a crítica daqueles preocupados em garantir o ensino da norma culta torna-se absolutamente nula, sem sentido. O niilismo desta crítica está claramente estampado no enunciado de Pasquale, citado naquela reportagem de uma década: "Ninguém defende que o sujeito comece a usar o português castiço para discutir futebol com os amigos no bar", irrita-se Pasquale. "Falar bem significa ser poliglota dentro da própria língua. Saber utilizar o registro apropriado em qualquer situação. É preciso dar a todos a chance de conhecer a norma culta, pois é ela que vai contar nas situações decisivas, como uma entrevista para um novo trabalho". (Fonte, Veja Online, consultada em 20.05.2011)

A relativização veementemente criticada parece, por fim, ter sido tomada como verdade no interior do mesmo enunciado.

Dez anos depois vemos em livros didáticos a possibilidade de formar políglotas na língua materna. Isso é, sem dúvida, um progresso. Resta ainda melhorar as leituras da população sobre os estudos situados da linguagem.

Neste sentido, a Associação de Linguística Aplicada do Brasil expressa seu repúdio à atitude autoritária e uníssona de vários veículos da imprensa em relação à concepção deturpada de “erro” e convida seus membros a se posicionarem nestes veículos de forma mais efetiva e veemente sobre questões relacionadas a ensino de línguas e políticas linguísticas, construindo leituras mais situadas, persuasivas e plurilíngues.

QUEM É

A Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) foi fundada em 1990.

Língua e Ignorância

Maria José Foltran - Presidente da Abralín

Nas duas últimas semanas, o Brasil acompanhou uma discussão a respeito do livro didático *Por uma vida melhor*, da coleção *Viver, aprender*, distribuída pelo Programa Nacional do Livro Didático do MEC. Diante de posicionamentos virulentos externados na mídia, alguns até histéricos, a **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA - ABRALIN** - vê a necessidade de vir a público manifestar-se a respeito, no sentido de endossar o posicionamento dos linguistas, pouco ouvidos até o momento.

Curiosamente é de se estranhar esse procedimento, uma vez que seria de se esperar que estes fossem os primeiros a serem consultados em virtude da sua *expertise*. Para além disso, ainda, foram muito mal interpretados e mal lidos.

O fato que, inicialmente, chama a atenção foi que os críticos não tiveram sequer o cuidado de analisar o livro em questão mais atentamente. As críticas se pautaram sempre nas cinco ou seis linhas largamente citadas. Vale notar que o livro acata orientações dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) em relação à concepção de língua/linguagem, orientações que já estão em andamento há mais de uma década. Além disso, não somente este, mas outros livros didáticos englobam a discussão da variação linguística com o intuito de ressaltar o papel e a importância da norma culta no mundo letrado.

“Os críticos não tiveram sequer o cuidado de analisar o livro em questão mais atentamente”

Portanto, em nenhum momento houve ou há a defesa de que a norma culta não deva ser ensinada. Ao contrário, entende-se que esse é o papel da escola, garantir o domínio da norma culta para o acesso efetivo aos bens culturais, ou seja, garantir o pleno exercício da cidadania. Esta é a única razão que justifica a existência de uma disciplina que ensine língua portuguesa a falantes nativos de português.

A linguística se constituiu como ciência há mais de um século. Como **qualquer outra ciência**, não trabalha com a dicotomia certo/errado. Independentemente da inegável repercussão política que isso possa ter, esse é o posicionamento científico. Esse trabalho investigativo permitiu aos linguistas elaborar outras constatações que constituem hoje material essencial para a descrição e explicação de qualquer língua humana.

Uma dessas constatações é o fato de que **as línguas mudam no tempo**, independentemente do nível de letramento de seus falantes, do avanço econômico e tecnológico de seu povo, do poder mais ou menos repressivo das Instituições. As línguas mudam. Isso não significa que ficam melhores ou piores. Elas simplesmente mudam.

Formas linguísticas podem perder ou ganhar prestígio, podem desaparecer, novas formas podem ser criadas. Isso sempre foi assim. Podemos ressaltar que muitos dos usos hoje tão cultuados pelos puristas originaram-se do modo de falar de uma forma alegadamente inferior do Latim: exemplificando, as formas “noscum” e “voscum”, estigmatizadas por volta do século

III, por fazerem parte do chamado “latim vulgar”, originaram respectivamente as formas “conosco” e “convosco”.

Outra constatação que merece destaque é o fato de que **as línguas variam num mesmo tempo**, ou seja, qualquer língua (qualquer uma!) apresenta variedades que são deflagradas por fatores já bastante estudados, como as diferenças geográficas, sociais, etárias, dentre muitas outras. Por manter um posicionamento científico, a linguística não faz juízos de valor acerca dessas variedades, simplesmente as descreve. No entanto, os linguistas, pela sua experiência como cidadãos, sabem e divulgam isso amplamente, já desde o final da década de sessenta do século passado, que essas variedades podem ter maior ou menor prestígio. O prestígio das formas linguísticas está sempre relacionado ao prestígio que têm seus falantes nos diferentes estratos sociais. Por esse motivo, sabe-se que o desconhecimento da norma de prestígio, ou norma culta, pode limitar a ascensão social. Essa constatação fundamenta o posicionamento da linguística sobre o ensino da língua materna.

“entende-se que esse é o papel da escola, garantir o domínio da norma culta para o acesso efetivo aos bens culturais”

Independentemente da questão didático-pedagógica, a linguística demonstra que não há nenhum caos linguístico (há sempre regras reguladoras desses usos), que nenhuma língua já foi ou pode ser “corrompida” ou “assassinada”, que nenhuma língua fica ameaçada quando faz empréstimos, etc. Independentemente da variedade que usa, qualquer falante fala segundo regras gramaticais estritas (a ampliação da noção de gramática também foi uma conquista científica). Os falantes do português brasileiro podem fazer o plural de “o livro” de duas maneiras: uma formal: *os livros*; outra informal: *os livro*. Mas certamente nunca se ouviu ninguém dizer “o livros”. Assim também, de modo bastante generalizado, não se pronuncia mais o “r” final de verbos no infinitivo, mas não

se deixa de pronunciar (não de forma generalizada, pelo menos) o “r” final de substantivos. Qualquer falante, culto ou não, pode dizer (e diz) “vou comprá” para “comprar”, mas apenas algumas variedades diriam ‘dô’ para ‘dor’. Estas últimas são estigmatizadas socialmente, porque remetem a falantes de baixa extração social ou de pouca escolaridade. No entanto, a variação da supressão do final do infinitivo é bastante corriqueira e não marcada socialmente. Demonstra-se, assim, que falamos obedecendo a regras. A escola precisa estar atenta a esse fato, porque precisa ensinar que, apesar de **falarmos** “vou comprá” precisamos **escrever** “vou comprar”. E a linguística ao descrever esses fenômenos ajuda a entender melhor o funcionamento das línguas o que deve repercutir no processo de ensino.

Por outro lado, entendemos que o ensino de língua materna não tem sido bem sucedido, mas isso não se deve às questões apontadas. Esse é um tópico que demandaria uma outra discussão muito mais profunda, que não cabe aqui.

Por fim, é importante esclarecer que o uso de formas linguísticas de menor prestígio não é indício de ignorância ou de qualquer outro atributo que queiramos impingir aos que falam desse ou daquele modo. A ignorância não está ligada às formas de falar ou ao nível de letramento. Aliás, pudemos comprovar isso por meio desse debate que se instaurou em relação ao ensino de língua e à variedade linguística.

QUEM É

A Associação Brasileira de Linguística foi fundada em 1969. Conta com mais de 1.000 pesquisadores associados em todo o país. Saiba mais em www.abralin.org.br. Maria José Foltran é professora do Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Paraná, com doutorado em Linguística pela USP.



Educação de Jovens e Adultos e Programa Nacional do Livro Didático/ EJA

A cada ano, nos meses de outubro, assistimos a campanhas midiáticas sobre o dia dos professores. Sobre como a profissão deve ser dignificada, valorizada, e que educação ainda não é prioridade. Isso, a princípio, demonstra um reconhecimento, por parte da sociedade, acerca da importância do profissional de educação. Entretanto, nessas últimas semanas, a sua capacidade discricionária vem sendo posta em xeque.

O livro "Por uma vida melhor", pautado pela imprensa nessas últimas semanas, foi escrito por professores com experiência em educação de jovens e adultos; sua seleção para o PNLD/ EJA (Programa Nacional do Livro Didático/ Educação de Jovens e Adultos) foi feita por professores de universidades públicas; sua escolha, para ser utilizado em escolas públicas, feita por professores. E a isso, em momento algum, foi atribuída a relevância devida nas notícias veiculadas.

O estudante de Eja enfrenta diversos obstáculos para continuar seus estudos. Os principais são a baixa auto-estima causada pela defasagem idade/ série e a necessidade de dividir seu tempo e sua dedicação com trabalho, escola e família. A escola tem por obrigação ajudá-lo nesse processo. Reconhecer suas vivências, sua cultura, seu conhecimento, sua linguagem é o primeiro passo.

Acaso o exemplo do livro, relativo à variante popular da norma culta, fosse "tava" (estava) ou expressões de cacofonias comumente usadas "lá tinha" ou "por cada", a polêmica seria tão grande assim?

O controle público deve ser exercido pela comunidade escolar e pela sociedade em geral. É direito do cidadão. Mas é preciso garantir que os argumentos sejam expostos, lidos, interpretados sem conceitos preestabelecidos e que não haja manipulação por interesses políticos ou econômicos o que, sabe-se, é difícil de acontecer em um programa do porte do PNLD e que envolve o mercado editorial. Sobretudo é preciso reconhecer e respeitar o protagonismo do professor no processo de ensino-aprendizagem. É ele o profissional preparado para essa mediação e esse debate.

Brasília, 27 de maio de 2011

CLEUZA RODRIGUES REPULHO

Dirigente Municipal de Educação de São Bernardo do Campo/ SP
Presidenta da Undime



Educação de Jovens e Adultos e Programa Nacional do Livro Didático/ EJA

A cada ano, nos meses de outubro, assistimos a campanhas midiáticas sobre o dia dos professores. Sobre como a profissão deve ser dignificada, valorizada, e que educação ainda não é prioridade. Isso, a princípio, demonstra um reconhecimento, por parte da sociedade, acerca da importância do profissional de educação. Entretanto, nessas últimas semanas, a sua capacidade discricionária vem sendo posta em xeque.

O livro "Por uma vida melhor", pautado pela imprensa nessas últimas semanas, foi escrito por professores com experiência em educação de jovens e adultos; sua seleção para o PNLD/ EJA (Programa Nacional do Livro Didático/ Educação de Jovens e Adultos) foi feita por professores de universidades públicas; sua escolha, para ser utilizado em escolas públicas, feita por professores. E a isso, em momento algum, foi atribuída a relevância devida nas notícias veiculadas.

O estudante de Eja enfrenta diversos obstáculos para continuar seus estudos. Os principais são a baixa auto-estima causada pela defasagem idade/ série e a necessidade de dividir seu tempo e sua dedicação com trabalho, escola e família. A escola tem por obrigação ajudá-lo nesse processo. Reconhecer suas vivências, sua cultura, seu conhecimento, sua linguagem é o primeiro passo.

Acaso o exemplo do livro, relativo à variante popular da norma culta, fosse "tava" (estava) ou expressões de cacofonias comumente usadas "lá tinha" ou "por cada", a polêmica seria tão grande assim?

O controle público deve ser exercido pela comunidade escolar e pela sociedade em geral. É direito do cidadão. Mas é preciso garantir que os argumentos sejam expostos, lidos, interpretados sem conceitos preestabelecidos e que não haja manipulação por interesses políticos ou econômicos o que, sabe-se, é difícil de acontecer em um programa do porte do PNLD e que envolve o mercado editorial. Sobretudo é preciso reconhecer e respeitar o protagonismo do professor no processo de ensino-aprendizagem. É ele o profissional preparado para essa mediação e esse debate.

Brasília, 27 de maio de 2011

CLEUZA RODRIGUES REPULHO

Dirigente Municipal de Educação de São Bernardo do Campo/ SP

Presidenta da Undime

O que discutir sobre o polêmico livro?

Pasquale Cipro Neto

Em 1988, eleita prefeita de São Paulo, a professora Luiza Erundina nomeou Paulo Freire secretário da Educação do município. Antes de assumir, o consagrado educador disse mais ou menos isto: "A criança terá uma escola na qual a sua linguagem seja respeitada (...) Uma escola em que a criança aprenda a sintaxe dominante, mas sem desprezo pela sua (...) Precisamos respeitar a sua sintaxe mostrando que sua linguagem é bonita e gostosa, às vezes é mais bonita que a minha. E, mostrando tudo isso, dizer a ele: "Mas para tua própria vida tu precisas dizer a gente chegou em vez de dizer a gente chegemos". Isto é diferente, a abordagem é diferente. É assim que queremos trabalhar, com abertura, mas dizendo a verdade".

A declaração de Freire causou barulho semelhante ao que causou (e ainda causa) o livro "Por uma Vida Melhor", em que se mostram fatos relativos às variações linguísticas. Nele, dá-se como exemplo de norma popular a frase "Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado". Dado o exemplo, explica-se isto: "O fato de haver a palavra os (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente". O livro prossegue: "Reescrevendo a frase no padrão culto da língua, teremos: "Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados". Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar 'os livro'?" Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico".

Há uma certa contradição na explicação, já que na frase popular a forma verbal ("estão") está no plural. Nessa variedade, o que se usa é "tá".

O caso abordado no livro é tecnicamente chamado de "plural redundante". Tradução: na forma culta ("Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados"), todos os elementos que se referem a "livros" (núcleo do sujeito) estão no plural (os, ilustrados, interessantes, estão, emprestados). É assim que funciona a norma culta do espanhol, do português, do italiano e do francês, por exemplo. Em francês, o plural redundante se dá essencialmente na escrita; na fala, singular e plural muitas vezes se igualam.

Definitivamente, não se pode dizer que o livro "ensina errado"

Em inglês, pluraliza-se o substantivo; o artigo, o possessivo e o adjetivo são fixos (na escrita e na fala). Quanto ao verbo, a terceira do singular do presente é diferente das demais pessoas em 99,99% dos casos; no pretérito e no futuro, há apenas uma forma para todas as pessoas. O fato é que a ausência do plural redundante não se restringe à variedade popular do português do Brasil. Também é fato que, apesar de algumas afirmações pueris ("Mas eu posso falar "os livro'?" Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico"), em nenhum momento o livro nega a existência da norma culta, como também não se nega a mostrá-la e ensiná-la. Há vários exercícios em que se pede a passagem da norma popular para a culta.

Definitivamente, não se pode dizer que o livro "ensina errado". O cerne da questão é outro. O que expliquei sobre o exemplo do livro é assunto da linguística, que, grosso modo, pode ser

definida como "estudo da linguagem e dos princípios gerais de funcionamento e evolução das línguas" ("Aulete"). A linguística não discute como deve ser; discute como é, como funciona. O que parece cabível discutir é se princípios de linguística devem ser abordados num livro que não se destina a alunos de letras, em que a linguística é disciplina essencial. Esse é o verdadeiro debate. Não faltam opiniões fortes dos dois lados. É isso.

QUEM É

Pasquale Cipro Neto é professor de português desde 1975, é também colunista dos jornais Folha de S.Paulo, O Globo e Diário do Grande ABC, entre outros, e da revista literária Cult. É o idealizador e apresentador do programa Nossa Língua Portuguesa, transmitido pela Rádio Cultura (São Paulo) AM e pela TV Cultura, e do programa Letra e Música, transmitido pela Rádio Cultura AM.

Uma falsa polêmica

Marcos Bagno (Unb)

Publicado em 23/05/2011

A discussão em torno do livro didático "Por uma vida melhor" nos revela, para começar, a patente ignorância que impera nos nossos meios de comunicação a respeito de língua e de ensino de língua. Ignorância porque o tratamento da variação linguística, como fenômeno inerente a toda e qualquer língua humana, está presente no currículo educacional há pelo menos quinze anos, desde que foram publicados, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais, na primeira gestão do professor Paulo Renato à frente do Ministério da Educação.

Esse dado factual já deixa evidente que a acusação de que "isso é coisa de petistas" que querem "ensinar a falar errado como o Lula" não tem o menor fundamento, a não ser, de novo, a cabal ignorância dos que a pronunciam. Ao fazer tanto alarde em torno de algo que para os educadores é uma prática já consolidada, essa falsa polêmica, na verdade, é mero pretexto para os que se empenham em reunir mais munição para desacreditar o governo da presidente Dilma Rousseff: os mesmos que, amparados pela grande mídia (comprometida até as entranhas com os interesses das elites de um país campeão mundial das desigualdades), tornaram a última campanha presidencial um desfile de mentiras grotescas. Por isso, é melhor procurar em outro canto, porque aqui a "culpa" não é deste governo, mas vem de muito antes.

O mais chocante nesse caso é a facilidade leviana com que muitas pessoas têm abordado a questão. Só de terem ouvido falar do caso, elas se acham suficientemente municiadas para fazer comentários. Muitas deixam evidente que nunca viram a cor do livro didático mencionado e que falam da boca para fora, inspiradas única e exclusivamente em suas crenças e superstições sobre o que é uma língua e o que significa ensiná-la. Dizer que o livro "ensina a falar errado" é uma inverdade sem tamanho. O livro apenas quer fazer o trabalho honesto de apresentar a seus usuários a realidade do português brasileiro em suas múltiplas variedades. Será que vamos ter de excluir dos livros de História toda menção à escravidão porque hoje é "errado" promover o trabalho escravo? Ao abordar a escravidão o livro de História por acaso está "ensinando" alguém a escravizar outros seres humanos?

Muitos bons resultados têm sido obtidos na educação de jovens e adultos quando, como preparação do terreno para ensinar a eles as normas prestigiadas de falar e de escrever, lhes mostramos que seu próprio modo de falar não é absurdo nem ilógico, mas tem uma gramática própria, segue regras tão racionais quanto as que vêm codificadas pela tradição normativa. Aliás, as regras das variedades populares são, muitas vezes, bem mais racionais do que as regras normatizadas. Criando-se assim um ambiente acolhedor e culturalmente sensível, o aprendizado da tão reverenciada "norma culta" se torna menos traumático do que sempre foi.

O repúdio ao tratamento da variação linguística na sala de aula é, como sempre, o secular repúdio que nossas elites sempre têm manifestado contra tudo o que "vem de baixo" e contra todo esforço de democratização efetiva da nossa sociedade.

QUEM É

MARCOS BAGNO é linguista, escritor, tradutor e professor do Instituto de Letras da Universidade de Brasília.

Analisar e opinar. Sem ler

Bateram duro em um livro com base na leitura de apenas uma das páginas de um dos capítulos

Sírio Possenti (Unicamp)

Publicado em 22/05/2011 – Caderno Aliás

Cesse tudo o que a musa antiga canta / que outro valor mais alto se alevanta (...) dai-me uma fúria grande e sonora / e não de agreste avena ou frauta ruda / mas de tuba canora e belicosa (os lusíadas, canto i)

O jornalismo nativo teve uma semana infeliz. Ilustres colunistas e afamados comentaristas bateram duro em um livro, com base na leitura de uma das páginas de um dos capítulos. Houve casos em que nem entrevistado nem entrevistador conheciam o teor da página, mas apenas uma nota que estava circulando (meninos, eu ouvi). Nem por isso se abstiveram de "analisar". Só um exemplo, um conselho e uma advertência foram considerados. E dos retalhos se fez uma leitura enviesada. Se fossem submetidos ao PISA, a classificação do país seria pior do que a que tem sido.

Disseram que o MEC distribuiu um livro que ensina a falar errado; que defende o erro; que alimenta o preconceito contra os que falam certo. Mas o que diz o capítulo?

a) que há diferenças entre língua falada e escrita. É só um fato óbvio. Quem não acredita pode ouvir os próprios críticos do livro em suas intervenções, que estão nos sites (não é uma crítica: eles abonaram a constatação do livro);

b) que cada variedade da língua segue regras diferentes das de outra variedade. O que também é óbvio. Qualquer um pode perceber que os livros, as casas, as garrafas seguem uma regra, um padrão. São regulares: plural marcado só no primeiro elemento. Consta-se ouvindo ou olhando, como se constata que tucanos têm bico desproporcional. Ninguém diz que está errado; todos os tucanos têm bico igual, é seu bico regular, seu bico "certo";

c) que há diferenças entre língua falada e escrita, que não se restringem à gramática, mas atingem a organização do texto (um teste é gravar sua fala, e transcrever; quem pensa que fala como escreve leva sustos);

d) que na fala e na escrita há níveis diferentes: não se escreve nem se fala da mesma maneira com amigos e com autoridades (William Bonner acaba de dizer "vamo lá sortia a próxima cidade". Houve outros dados notáveis nos estúdios: "onde fica as leis da concordância?" e "a língua é onde nos une"...);

e) deve-se aprender as formas cultas da língua: todo o capítulo insiste na tese (é bem conservador!) e todos os exercícios pedem a conversão de formas faladas ou informais em formas escritas e formais.

“O jornalismo nativo teve uma semana infeliz. Ilustres colunistas e afamados comentaristas bateram duro em um livro, com base na leitura de uma das páginas de um dos capítulos”

O que mais se pode querer de um livro didático? Então, por que a celeuma? Tentarei compreender. Foram três as passagens do texto que causaram a reação. O restante não foi comentado.

Uma questão refere-se ao conceito de regra: quem acha que gramática quer dizer gramática normativa toma o conceito de regra como lei e o de lei como ordem: deve-se falar / escrever assim ou assado; as outras formas são erradas. Mas o conceito de regra / lei, nas ciências (em lingüística, no caso), tem outro sentido: refere-se à regularidade (matéria atrai matéria, verbos novos são da primeira conjugação etc.). Os livro segue uma regra. E uma gramática é conjunto de regras, também descritivas.

Outro problema foi responder "pode" à pergunta se se pode dizer os livro. "Pode" significa possibilidade (pode chover), mas também autorização (pode comer buchada). No livro, "pode" está entre possibilidade e autorização. Foi esta a interpretação que gerou as reações. Além disso, comentaristas leram "pode" como "deve". E disseram que o livro ensina errado, que o errado agora é certo (a tese ganhou a defesa de José Sarney!).

A terceira passagem atacada foi a advertência de que quem diz os livro pode ser vítima de preconceito. Achou-se que não há preconceito lingüístico. Mas a celeuma mostra que há, e está vivíssimo. Uma prova foi a associação da variedade popular ao risco do fim da comunicação. Li que o português "correto" é efeito da evolução (pobre Darwin!). Ouvi que a escrita (!) separa os homens dos animais!

Esse discurso quer dizer que "eles" não pensam direito. O curioso é que os comentaristas são todos letrados, falam várias línguas. Mas não se dão conta de que um inglês diz THE BOOKS, e que a falta de um plural não constitui problema; que um francês diz LE LIVR(e), para les livres, e que a falta dos "ss" não impede a veiculação do sentido "mais de um".

Mas pior que a negação do preconceito foi a leitura segundo a qual o livro estimula o preconceito contra os que falam ""certo"", discurso digno de Bolsonaro, embora em outro domínio: foi o nobre deputado que entendeu a defesa dos homossexuais como um ataque aos heterossexuais. Um gênio da hermenêutica!

Mas há um problema ainda mais grave do que todos esses. De fato, ele é sua origem. Eles não defendem a gramática. Nossos "intelectuais" não conhecem gramáticas. Nunca as leram inteiras, incluindo as notas e citações, e considerando as discordâncias entre elas (acham que as adjetivas explicativas "vêm" entre vírgulas!). Eles conhecem manuais do tipo "não erre" (da redação etc.), que são úteis (tenho vários, para usar, mas também para rir um pouco) como ferramentas de trabalho em certos ambientes, em especial para defensores da norma culta que não a dominam.

Mas o supracitado foi a insinuação de que o livro seria a defesa da fala "errada" de Lula. Ora, este tipo de estudo se faz há pelo menos 250 anos, desde as gramáticas históricas. Alguns acharam que estas posições são de esquerda. Não são! Os "esquerdistas" detestam os estudos variacionistas. Consideram-nos funcionalistas, vale dizer, burgueses. Por que defendê-los, então? Porque permitem que os estudos de língua cheguem pelo menos à época baconiana (Bacon é o nome do autor do Novum Organon, um cara do século XVI. Não é toucinho defumado).

Sírio Possenti é Professor do Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas e autor de Por que (não) ensinar gramática na escola, Os humores da língua, Os limites do discurso, Questões para analistas de discurso e Língua na Mídia

O senso comum confunde a língua com a norma culta

THAÍS NICOLETI DE CAMARGO
ESPECIAL PARA A FOLHA

Publicado em 18/05/2011

A polêmica provocada pela publicação na imprensa de trechos do livro de Heloísa Ramos nasce da defasagem entre a visão do ensino da língua materna cultivada pelo senso comum e uma pedagogia desenvolvida com base na linguística.

Na condição de ciência, a linguística tem por objetivo descrever a língua, não prescrever formas de realização. O trabalho do linguista passa ao largo dos frágeis conceitos de "certo" e "errado". É fato, porém, que, para os leigos no assunto, o estudo da língua parece se resumir exatamente a esses conceitos.

A pedagogia que orienta a obra afronta, portanto, o senso comum, que se expressa no temor de que a escola vá passar a ensinar o "errado".

A ideia é mostrar que mesmo realizações sintáticas como "os livro" ou "nós pega" têm uma gramática, que, embora diversa da que sustenta a norma de prestígio social, constitui um sistema introjetado por um vasto grupo social -daí ser possível falar em variante linguística.

Embora goze de maior prestígio social, a norma culta é apenas uma das variantes, não a própria língua. A visão distorcida do fenômeno linguístico municia o preconceito linguístico, manifesto na inferiorização social daqueles que não dominam os recursos da variante culta.

Cabe a uma pedagogia preocupada em promover a inclusão tratar desse tipo de questão e fomentar entre os estudantes o respeito à forma de expressão de cada um.

Isso não significa, porém, deixar de ensinar a norma culta, que é o código de mediação necessário numa sociedade complexa e um meio de acesso às referências literárias e culturais que constituem a nossa tradição e reforçam a nossa identidade.

QUEM É

THAÍS NICOLETI DE CAMARGO é consultora de língua portuguesa do Grupo Folha-UOL.

O poder do erro

Cristóvão Tezza

Publicado em 24/05/2011

Eu não queria escrever sobre esse tema, por esgotamento. Mas tenho lido tanta bobagem, com o tom furibundo das ignorâncias sólidas, sobre o livro didático que “ensina errado”, que não resisto a comentar. É impressionante como observações avulsas, sem contexto, eivadas de um desconhecimento feroz tanto do livro em si como de seu pressuposto linguístico, podem rolar pelo país como uma bola de neve, encher linguça de jornais, revistas e noticiários e até mesmo estimular o “confisco” do material pela voz de políticos. Instituições de alto coturno, como a Academia Brasileira de Letras, manifestaram-se contra o horror de um livro didático que “ensina errado”. Até o presidente do Congresso, o imortal José Sarney, tirou sua casquinha patriótica. A sensação que fica é de que há uma legião de professores pelo Brasil afora obrigando alunos a copiar no caderno as formas do dialeto caipira, com o estímulo homicida do MEC (de qualquer governo – seria o fim da picada politizar o tema). Sim a educação brasileira vai muito mal, mas estão errando obtusamente o foco.

O que essa cegueira coletiva mostra, antes de tudo, é o fato de que a linguística – a primeira ciência humana moderna, que se constituiu no final do século 18 com o objetivo de compreender a evolução das línguas – não entrou no senso comum. As pessoas, letradas ou não, sabem mais sobre Astronomia do que sobre o funcionamento das línguas, mas imaginam o contrário. Eis uma cartilha básica, nos limites da crônica: toda língua, em qualquer parte do mundo e em qualquer ponto da história, é um conjunto de variedades; uma dessas variedades, em algum momento e em algumas sociedades, ganhou o estatuto da escrita, que se torna padrão, é defendida pelo Estado e é o veículo de todas informações culturais de prestígio; há diferenças substanciais entre as formas da oralidade e as formas da escrita (são gramáticas diferentes, com diferentes graus de distinção); a passagem da oralidade para a escrita é um processo complexo que nos faz a todos “bilíngues” na própria língua. Pedagogicamente, dar ao aluno a consciência das diferenças linguísticas e de suas diferentes funções sociais é um passo fundamental para o enriquecimento da sua formação linguística.

É função da escola promover o domínio da forma padrão da escrita, estimular a leitura e o acesso ao mundo letrado, e tanto melhor será essa competência quanto mais o aluno desenvolver a percepção das diferenças gramaticais da oralidade e da vida real da língua. Ora, todo livro didático de português minimamente atualizado reserva um capítulo ao tópico da variedade linguística e ao papel da língua padrão dentro do universo das linguagens cotidianas. Num país de profundos desníveis sociais como o Brasil, o reconhecimento da diferença linguística é o passo primeiro para o pleno acesso à escrita e sua função social. Será isso tão difícil de entender?

QUEM É

Doutor em Literatura Brasileira, Cristóvão Tezza é professor de Linguística na Universidade Federal do Paraná. Ganhou o prêmio da Academia Brasileira de Letras de melhor romance brasileiro de 2004, pelo seu livro “O fotógrafo”. Foi considerado pela Revista Época um dos 100 brasileiros mais influentes do ano de 2009.

“Fala é mais variada que escrita”

Entrevista/Ana Maria Stahl Zilles

O que pensa sobre a polêmica?

Que não tem fundamento. Ela está estabelecida nas informações do primeiro capítulo do livro, que é sobre a diferença entre escrever e falar. Ele é muito adequado porque diz que a escrita é diferente da fala e que na fala existe muito mais variação do que na escrita. Faz a distinção entre a variedade popular e a variedade culta, e mostra que elas têm sistemas de concordâncias diferentes. Eles dizem que na variedade popular basta que o primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente.

Quando os autores explicam que é possível falar “os peixe”, não estão querendo dizer que esse é o certo, nem vão ensinar a pessoa a escrever errado. Isso é como as pessoas já falam. A escola tem é que ensinar a norma culta e o livro faz isso. O objetivo do capítulo é apenas deixar claro que uma coisa é falar e outra é escrever.

Existe preconceito contra quem fala errado?

Existem pesquisas feitas nos projetos de estudo de variação linguística que entrevistaram as mesmas pessoas em intervalos de 15 e 20 anos. Observou-se que existe um movimento dos falantes se aproximando da norma culta. A população brasileira está com acesso universal à escola e tendo possibilidade de aprender a norma culta. O reconhecimento de que existe variação é essencial para que ela não se sinta um ser excluído da escola. Se um professor diz para um aluno que o modo que ele, os pais e os amigos falam está errado, ele vai se sentir entre dois mundos.

QUEM É

Ana Maria Stahl Zilles é pós-doutora em linguística pela New York University, professora da UNISINOS – RS

Polêmica vazia

Carlos Alberto Faraco

Publicado em 19/05/2011

O desvelamento da nossa cara linguística tem incomodado profundamente certa intelectualidade. A complexidade da realidade parece que lhes tira o ar e o chão

Corre pela imprensa e pela internet uma polêmica sobre o livro didático Por uma vida melhor, da coleção Viver, aprender, distribuída pelo Programa Nacional do Livro Didático (do MEC) para escolas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo seus críticos, o livro, ao abordar a variação linguística, estaria fazendo a apologia do “erro” de português e desvalorizando, assim, o domínio da chamada norma culta.

O tom geral é de escândalo. A polêmica, no entanto, não tem qualquer fundamento. Quem a iniciou e quem a está sustentando pelo lado do escândalo, leu o que não está escrito, está atirando a esmo, atingindo alvos errados e revelando sua espantosa ignorância sobre a história e a realidade social e linguística do Brasil.

Pior ainda: jornalistas respeitáveis e até mesmo um conhecido gramático manifestam indignação claramente apenas por ouvir dizer e não com base numa análise criteriosa do material. Não podemos senão lamentar essa irresponsável atitude de pessoas que têm a obrigação, ao ocupar o espaço público, de seguir comezinhos princípios éticos.

Se o fizessem, veriam facilmente que os autores do livro apenas seguem o que recomenda o bom senso e a boa pedagogia da língua. O assunto é a concordância verbal e nominal – que, como sabemos – se realiza, no português do Brasil, de modo diferente de variedade para variedade da língua. Há significativas diferenças entre as variedades ditas populares e as variedades ditas cultas. Essas diferenças decorrem do modo clivado como se constituiu a sociedade brasileira. Ou seja, a divisão linguística reflete a divisão econômica e social em que se assentou nossa sociedade, divisão que não fomos ainda capazes de superar ou, ao menos, de diminuir substancialmente.

Muitos de nós acreditamos que a educação é um dos meios de que dispomos para enfrentar essa nossa profunda clivagem econômica e social. Nós linguistas, por exemplo, defendemos que o ensino de português crie condições para que todos os alunos alcancem o domínio das variedades cultas, variedades com que se expressa o mundo da cultura letrada, do saber escolarizado.

Para alcançar esse objetivo, é indispensável informar os alunos sobre o quadro da variação linguística existente no nosso país e, a partir da comparação das variedades, mostrar-lhes os

O tom geral é de escândalo. A polêmica, no entanto, não tem qualquer fundamento. Quem a iniciou e quem a está sustentando pelo lado do escândalo, leu o que não está escrito, está atirando a esmo, atingindo alvos errados e revelando sua espantosa ignorância sobre a história e a realidade social e linguística do Brasil

pontos críticos que as diferenciam e chamar sua atenção para os efeitos sociais corrosivos de algumas dessas diferenças (o preconceito linguístico – tão arraigado ainda na nossa sociedade e que redundava em atitudes de intolerância, humilhação, exclusão e violência simbólica com base na variedade linguística que se fala). Por fim, é preciso destacar a importância de conhecer essa realidade tanto para dominar as variedades cultas, quanto para participar da luta contra o preconceito linguístico.

É isso – e apenas isso – que fazem os autores do livro. E não somente os autores desse livro, mas dos livros de português que têm sido escritos já há algum tempo. Subjacentes a essa direção pedagógica estão os estudos descritivos da realidade histórica e social da língua portuguesa do Brasil, estudos que têm desvelado, com cada vez mais detalhes, a nossa complexa cara linguística.

Desses estudos nasceu naturalmente a discussão sobre que caminhos precisamos tomar para adequar o ensino da língua a essa realidade de modo a não reforçar (como fazia a pedagogia tradicional) o nosso apartheid social e linguístico, mas sim favorecer a democratização do domínio das variedades cultas e da cultura letrada, domínio que foi sistematicamente negado a expressivos segmentos de nossa sociedade ao longo da nossa história.

O desvelamento da nossa cara linguística, porém, tem incomodado profundamente certa intelectualidade. A complexidade da realidade parece que lhes tira o ar e o chão. Preferem, então, apegar-se dogmática e raivosamente à simplicidade dos juízos absolutos do certo e do errado. Mostram-se assim pouco preparados para o debate franco, aberto e desapaixonado que essas questões exigem.

QUEM É

Carlos Alberto Faraco é um linguista brasileiro, professor de língua portuguesa da Universidade Federal do Paraná, da qual foi reitor durante os anos de 1990-1994.

“Nós pega o peixe”

Lucia Furtado de Mendonça Cyranka

A sociedade brasileira tem participado, nos últimos dias, de um debate incomum: Será mesmo escandaloso tratar os fatos da língua a partir de metodologia científica? Dizer que “os livro” e “nós pega o peixe” são estruturas existentes no português do Brasil é proibido? E ainda: Deve ser também proibido que a escola reconheça essa variedade linguística utilizada pelos alunos como legítima e os leve a aprender a correspondente da variedade culta, prestigiada?

O mais estarrecedor de toda essa questão é que, enquanto se condena o dialeto de milhões de brasileiros a ponto de se recomendar que ele continue excluído da reflexão na escola, o que está sendo dito é que essa significativa porção da sociedade brasileira não tem linguagem, porque ela, simplesmente, não existe. Claro! Se nem pode ser reconhecida na escola! Mas o homem não se constitui pela linguagem? Se sua linguagem não é reconhecida, a que fica ele reduzido? Não será isso uma violência? Por que o preconceito linguístico, de efeito tão avassalador da autoestima dos alunos de nossas escolas e mesmo dos que estão fora dela, não é condenado pela Constituição Brasileira?

Repetimos o que, felizmente, já tem sido dito amplamente, nesse debate: essa variedade linguística não reconhecida tradicionalmente pela escola tem uma gramática, com estruturas regulares. São variações que acontecem em toda língua. O nosso português culto, todos sabemos, veio do latim vulgar, assim como as demais línguas românicas. E esse português culto, todos também percebemos, continua mudando.

No fundo, o que a atual polêmica revela é o incômodo causado pelo reconhecimento desta verdade: a variedade culta da língua sempre esteve ligada à dimensão de poder. Tentar aproximá-la da variedade popular, mesmo que para uma análise comparativa, como propõem as autoras do livro didático em questão, constitui uma audácia imperdoável!

Felizmente, temos constituída, no Brasil, uma competente comunidade científica para tratar das prementes questões relativas ao tratamento adequado da linguagem na escola. Esse debate em pauta mostra que estamos avançando em direção à implementação de uma visão sociolinguística no trabalho escolar com a linguagem. Pensamos que essa proposta não tem mais volta...

Como participante deste importante debate nacional, o Grupo de Pesquisa FALE, do NUPEL/Faculdade de Educação da UFJF, manifesta seu apoio a todas as instituições brasileiras - entre elas a ABRALIN e a ALAB - e colegas de trabalho que têm se manifestado a favor do ponto de vista adotado pelas autoras do livro didático “Por uma vida melhor”.

QUEM É

Lucia Furtado de Mendonça Cyranka é coordenadora do Grupo de Pesquisa FALE – Formação de professores, Alfabetização, Linguagem e Ensino, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)/ www.ufjf.br/fale

Uma nação com variadas línguas

Miriam Lemle

A rejeição exacerbada que causou a aprovação pelo MEC de um livro didático no qual a diversidade na fala é legitimada é muito mais estranha do que essa tentativa de legitimação de falares populares. A observação de que as formas de falar variam tanto entre agrupamentos feitos em grandes dimensões quanto entre comunidades pequenas e vizinhas não é nada de novo. Tal como ocorre em todas as nações no mundo letrado, também nós no Brasil divergimos na prosódia, na pronúncia, no vocabulário e em alguns aspectos da gramática das línguas que usamos na fala.

Mediante critérios científicos objetivos da ciência da linguagem não há como passar atestados de qualidade superior para uma forma de falar em detrimento da outra. Valorações sociais sobre a variação existem, tal como existem valorações sociais para cores de pele e olhos, lisura de cabelos, formato de narizes, preferências culinárias, artísticas, de parceria sexual, laborial e tantas outras.

À parte os preconceitos, seria biologicamente impossível atingirmos a uniformidade linguística, neste ou em qualquer outro país, tendo em vista como acontece o processo de aquisição de linguagem: ele é baseado na interação entre princípios universais da gramática e parâmetros de variação que permitem um leque de alternativas para a diversidade na linguagem.

“Na sua parte de língua portuguesa, o livro didático 'Por uma vida melhor' tem sido lido com descuido e criticado injustificadamente, pois a autora explicita que os exemplos discutidos de frases de uma língua que difere da nossa norma culta são provenientes do uso oral, a fala, e não da norma convencionada para língua escrita”

Os princípios universais são princípios cognitivos inatos inerentes à própria natureza humana, nossa estrutura neurofisiológica. São princípios arquitetônicos que formatam as gramáticas de todas as línguas, como juntar peças lexicais, atribuir classes gramaticais, formar grupos significativos, inserir marcas de concordância entre verbo e sujeito, entre adjetivo e substantivo e outras mais exóticas, deslocar sintagmas. Aos universais se soma um número finito de alternativas possíveis para implementar o design da gramática universal. Dentre os pontos em que podemos ter soluções arquitetônicas alternativas estão as escolhas de tempos de verbo, conjugações, declinações, concordâncias, ordem das palavras, deslocamentos, modos de representar comandos, negação, pergunta, exclamação e muita outra coisa que não cabe neste espaço.

Os pontos que ficam em aberto para a variedade na pronúncia, na gramática e no vocabulário são muitos, mas cada criança depreende uma gramática a partir de sua análise das falas a que é exposta. A eclosão da gramática é um dos milagres maravilhosos com que a natureza nos presentearia. Em menos de três anos, todos os bebês fazem espoucar uma gramática, uma proeza

cognitiva que eles realizam inconscientemente, antes mesmo de serem capazes de jogar dominó, jogo da velha, cara ou coroa ou amarelinha. As gramáticas atingidas pelas crianças de uma mesma comunidade convergem em grande parte, mas não são idênticas, sem que as divergências prejudiquem a comunicação.

Dentro deste quadro, que fica no âmbito das ciências naturais, no mundo moderno construímos nações, comunidades que abrangem milhões de pessoas e de quilômetros quadrados, politicamente estruturadas, profundamente alicerçadas no letramento. A partir disso, precisamos estabelecer normas para a língua escrita, normas que obviamente precisam ter uso unânime. Por isso, todas as nações precisaram selecionar como norma uma das suas variedades de fala, etapa esta da normatização que sempre resultou em certa dose de competição entre variedades. Em seguida, é preciso construir um sistema escolar no qual essa variedade, convencionada como a norma culta, seja ensinada de maneira sistemática, possibilitando aos alunos o bilinguismo: a língua que falam precisará coexistir com a língua que escreverão. No ensino escolar, convém que os pontos de contraste entre as gramáticas coexistentes sejam apontados, descritos e discutidos.

O contrato social que assegura uma norma culta gramaticalmente homogênea precisa ser uma coerção aceita pela comunidade nacional para seu próprio bom funcionamento, mas basta que essa coerção seja entendida como dizendo respeito à expressão através da escrita, sem invadir a expressão oral das pessoas.

Na sua parte de língua portuguesa, o livro didático 'Por uma vida melhor' tem sido lido com descuido e criticado injustificadamente, pois a autora explicita que os exemplos discutidos de frases de uma língua que difere da nossa norma culta são provenientes do uso oral, a fala, e não da norma convencionada para língua escrita. E adverte que o uso de tais formas linguísticas na modalidade escrita é inadequado.

De onde derivam os numerosos e fortes protestos contra a aceitação da variação nos modos de falar? Qual a raiz do estrito apego à dicotomia do certo ou errado em matéria de língua falada? Este é um problema de outra ordem, que surpreende a uma parte diminuta da comunidade acadêmica à qual pertencço.

QUEM É

Miriam Lemle (Roma, 17 de dezembro de 1937) é uma linguista brasileira. Em 2006 recebeu o título Professora Emérita da UFRJ. Coordena desde 2003 o Laboratório Clipsen (Computações Linguísticas: Psicolinguística e Neurofisiologia), que congrega uma equipe interdisciplinar de professores e alunos dos programas de pós-graduação em Linguística e em Engenharia Biomédica (LAPIS/COPPE) da UFRJ. Com esse projeto ganharia em 2004 e também em 2006 o prêmio Cientista do Nosso Estado, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), bem como o Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 2003 e o de 2005. Coordena o Seminário de Gramática Gerativa e está tentando formalizar um novo grupo de pesquisa sobre a interface sintaxe-semântica em línguas neolatinas na perspectiva da Morfologia Distribuída

Dona Norma

José Miguel Wisnik

Publicado em 21/05/2011

O imbróglio da vez é a discussão sobre o manual de ensino da língua portuguesa distribuído pelo MEC, chamado "Para uma vida melhor", da autoria de Heloisa Ramos. Li na imprensa, vi nos blogs e ouvi no rádio do carro vozes, desde sentenciosas a sardônicas e sarcásticas, dizendo que se tratava de uma descarada proposta de ensino do português pelo método invertido, preconizando o erro de concordância, o desvio sintático e o assalto à gramática. Criticava-se a adoção do "lulês" como idioma oficial da escola brasileira. Leio o capítulo do livro em questão e vejo, no entanto, que a autora se dedica nele, a maior parte do tempo, a mostrar a importância da pontuação, da concordância e da boa ortografia na língua escrita. Onde está o erro?

Bater em teclas equivocadas é quase uma praxe do debate cultural corrente, com ou sem rendimento político imediato. Na verdade, o livro assume, para efeitos pedagógicos, uma noção que se tornou trivial para estudantes de Letras desde pelo menos quando eu entrei no curso, em

1967. Os estudos linguísticos mostravam que a prática das línguas é sujeita a muitas variantes regionais, sociais, e que a chamada "norma culta", preconizada pelos gramáticos, é uma entre outras variantes da língua, não necessariamente a mais, ou a única "correta". Desse ponto de vista, científico e não normativo, procura-se contemplar a multiplicidade das falas, reconhecidas na sua eficácia comunicativa, sem privilegiar um padrão verbal ditado pelos segmentos letrados como único a ser seguido.

Discutirei adiante algumas consequências pedagógicas disso. Mas a que me parece inquestionável, e adotada com propriedade no livro de Heloisa Ramos, é a importância de não se estigmatizar os usos populares da língua, reconhecendo em vez disso a validade do seu funcionamento. É nessa hora que ela dava como exemplo a famigerada frase "Nós pega o peixe", ou, então, "Os menino pega o peixe". A autora não diz que é assim que se deve escrever. Mas também não deprecia a expressão: preconceitos à parte, é preciso reconhecer que no seu uso comum a frase funciona, porque a marca do plural no pronome ou no artigo é suficiente para indicar que a ação é exercida por um conjunto de meninos, e não por um só. Desse ponto de vista, eminentemente pragmático, nenhum erro.

“Leio o capítulo do livro em questão e vejo, no entanto, que a autora se dedica nele, a maior parte do tempo, a mostrar a importância da pontuação, da concordância e da boa ortografia na língua escrita. Onde está o erro?”

A seguir, no mesmo espírito pragmático, o livro afirma claramente a importância de que a escola promova o domínio da norma culta, ligado à língua escrita, justificado pela sua necessidade em situações específicas (aqui virá a minha discordância). Dá exemplos de como corrigir um texto mal escrito, mostrando, dentro dos melhores critérios, como ele deve ganhar

coesão interna, articulação sintática, clareza nos seus recortes (pontuação) e seguir os critérios ortográficos. A grita contra o livro, por aqueles que, imagino, não o leram, é uma estridente confirmação, em primeiro lugar, daquilo que o próprio livro diz e, em segundo lugar, daquilo que ele não diz, mas que deveria dizer. Afirmar cegamente, com alarme e com alarde, que o livro é um atentado, tornado oficial, à língua portuguesa, pelo respeito localizado que ele dá às variantes populares de fala que não usam extensivamente as flexões, isto é, as normas letradas de concordância, é um sintoma ignorante e disseminado de que se concebe a língua como um instrumento de prestígio, de privilégio e de poder.

Mais que isso, a defesa exaltada e capciosa da suposta correção linguística, desconsiderando todo o resto, é uma desbragada demonstração de ignorância em nome da denúncia da sua perpetuação. Culta, neste caso, é de uma incultura cavalgar. O tom desinformado e espalhafatoso da denúncia encobre, mal, aquilo de que ele tenta fugir: o nosso analfabetismo crônico, difuso, contagiante.

Hélio Schwartzman, em compensação, assim como Cristovão Tezza no programa de Monica Waldvogel, disseram coisas importantes e equilibradas. Hélio lembra que a passagem do latim às línguas românicas, o português incluído, só se deu graças às províncias que passaram a falar um latim tecnicamente estropiado, sem as suas declinações clássicas. Sem essa dinâmica e o correspondente afrouxamento flexional, estaríamos até hoje falando latim e usando as cinco declinações.

O inglês, por sua vez, é muito menos flexional que o português. A frase "the boys get the fish", por exemplo, que funciona perfeitamente para marcar o plural, é, do ponto de vista estrutural, uma espécie de "nós pega o peixe" institucionalizado.

O horizonte do pragmatismo é o que me parece estreito, no entanto, no livro do MEC. O domínio da norma culta é justificado, nele, para que o falante tenha "mais uma variedade" linguística à sua disposição, para que não sofra preconceito, para que se desincumba em situações formais que assim o exigem. É muito pouco. A norma culta não é nem um mero adereço de classe nem apenas uma variedade à disposição do aluno para ele usar diante de autoridades ou para preencher requerimentos. A EDUCAÇÃO pela língua não pode ser pensada apenas como um instrumento de adaptação às contingências. A escrita é um equipamento universal de apuro lógico, que está embutido na estrutura de uma língua dada. Mergulhar nela e nas exigências que lhe são inerentes é um processo de autoconsciência e um salto mental de grandes consequências.

Não se pode fazer por menos. Além de "Para uma vida melhor", tem que ser também "Para uma vida maior".

Bater em teclas equivocadas é quase uma praxe do debate cultural corrente.

QUEM É

José Miguel Soares Wisnik é um músico, compositor e ensaísta brasileiro. É também professor de Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo. Graduado em Letras (Português) pela USP (1970), mestre (1974) e doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada (1980), pela

mesma Universidade.

O escândalo do livro que não existia

Por Luís Nassif

Publicado em 25/05/2011

Durante dias e dias o país inteiro discutiu uma miragem, um não-fato, algo que não existia. E na discussão se leu de tudo, analistas com julgamentos definitivos sobre a questão, acadêmicos soltando sentenças condenatórias, jornalistas atirando flechas na miragem. E tudo em cima de uma nuvem, uma sombra, um ectoplasma que nunca existiu.

Poucas vezes na história contemporânea se viu manifestação tão atrasada do que seja opinião pública latino-americana. Parecia mais um daqueles contos do realismo fantástico de um Garcia Marques, uma parábola familiar de Julio Cortazar.

Refiro-me a esse episódio sobre o suposto livro que ensinaria as crianças a ler a escrever errado.

Esse livro, sobre o qual tantas mentes brilhantes despejaram esgoto puro, não existe. Inventaram um livro com o mesmo nome, com a mesma autora e imputaram a ele um conteúdo inexistente no livro original.

O livro massacrado não defendia a norma "inculta". Apenas seguia recomendações do Ministério da Educação, em vigor desde 1997, de não desprezar a fala popular. Era uma recomendação para que os jovens alfabetizados, que aprendem a falar corretamente, não desprezem pessoas do seu próprio meio, que não tiveram acesso à chamada norma culta.

No entanto um país que aspira a ser potência, conduzido por um tipo de jornalismo típico de países atrasados, caiu de cabeça na interpretação de que o livro ensinava a escrever errado. Criado o primeiro tumulto, personagens ilustres caíram de cabeça na versão vendida. O país inteiro repetiu a ficção criada, as melhores cabeças da mídia de massa embarcando em uma canoa furada, apenas repetindo o que ouviram falar.

Sem que um só tivesse ao menos lido o capítulo, deram o que lhes era pedido: condenações do livro e da autora, pela discutível vantagem de saírem em jornais e programas de TV... dizendo bobagens.

De repente, uma professora séria foi achincalhada, ofendida, tornando-se inimigo público, merecendo longos minutos no Jornal Nacional.

Episódio semelhante ocorreu alguns anos atrás com uma professora de psicologia que fazia pesquisas sobre "redução de danos" – um tipo de política de saúde visando ensinar os viciados a não se matarem. Foram apontadas – ela e sua orientadora de 68 anos – como traficantes em

O livro massacrado não defendia a norma "inculta". Apenas seguia recomendações do Ministério da Educação, em vigor desde 1997, de não desprezar a fala popular

blogs de esgoto de portais de grande visibilidade. Depois, essa acusação leviana repercutida no Jornal Nacional.

Em alguns setores, o país vive momentos de trevas, de um atraso similar ao macartismo americano dos anos 50, como se toda a racionalidade, lógica, valores da civilização tivessem sido varridos do mapa. E tudo debaixo do álibi de uma luta política implacável, que ideologiza tudo, transforma qualquer fato em campo de batalha, escandaliza qualquer coisa, fuzila qualquer pessoa em nome de uma guerra que já não tem rumo, objetivo. É como um exército de cruzados voltando das batalhas perdidas e destruindo tudo o que veem à sua frente apenas porque aprenderam a guerrear, a destruir e, sem guerras pela frente, praticassem o rito da execução sumária por mero vício.

QUEM É

Luís Nassif é introdutor do jornalismo de serviços e do jornalismo eletrônico no país. Vencedor do Prêmio de Melhor Jornalista de Economia da Imprensa Escrita do site Comunique-se em 2003, 2005 e 2008, em eleição direta da categoria. Prêmio iBest de Melhor Blog de Política, em eleição popular e da Academia iBest.

Escandalizado com o escândalo

Affonso Romano

Publicado em 21/05/2011

Estou escandalizado é com o escândalo que armaram em torno do livro 'POR UMA VIDA MELHOR' de Heloisa Ramos da coleção "Viver, aprender".

Finalmente tive acesso ao livro, que me foi dado por Cláudio Mendonça- Presidente da Fundação de Educação de Niterói. Antes havia lido entrevistas em que a autora tentava explicar seu livro, aos que não a queriam entender. Li também uma série de impropérios injustos e gracinhas fáceis em torno da obra. Vi gente alarmada dizendo que o mundo tinha acabado por causa dessa obra maligna. Enfim, **apocalipse now**.

Fico me indagando de onde é que saiu essa onda de interpretações equivocadas sobre o livro. Fico pensando nessa expressão esquisita que a imprensa tanto usa "repercutir a notícia". Parece até que a imprensa é "oral" e não "escrita". Fica repercutindo boatos, o "ouvir dizer". Isto bate num problema crônico agravado pela modernidade: a cultura auricular (o ouvir dizer). E dá-lhe boato, que vira calúnia. Vocês se lembram daquela ária -"La Calunia"- da ópera "Barbeiro de Sevilha" de Rossini? A calúnia começa como uma brisa e acaba virando tempestade. Nesse caso, "tempestade em copo d'água".

Fico me indagando de onde é que saiu essa onda de interpretações equivocadas sobre o livro. A calúnia começa como uma brisa e acaba virando tempestade.

Nesse caso, "tempestade em copo d'água"

Em síntese: a autora não está fazendo nenhuma apologia do erro, está mostrando o que qualquer linguista sabe: a diferença entre a linguagem escrita e a falada. E fez (com uma equipe) um livro muito interessante para os alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos). É bom que as pessoas se informem também sobre o que é o EJA: cursos para o pessoal que entra tardia (e constrangidamente) em contato com a cultura formal.

No livro tem textos de Italo Calvino e Juó Bananére, Rubem Braga e Melville, Daniel Defoe e Adoniran Barbosa. E abrindo o leque, refere-se tanto a Goya quanto a artistas contemporâneos. Enfim, um painel da cultura, uma aula de semiologia. Ali, por exemplo, o inglês é ensinado a partir do que está escrito nas camisetas e na publicidade. E ensina a esses 40 milhões que saíram da faixa da pobreza a utilizarem o computador.

Mas disto ninguém falou...

Fico pensando em algo que digo num dos textos de LER O MUNDO (que chega às livrarias essa semana). As pessoas das comunidades carentes, às vezes, usam camisetas e nem sabem o que está escrito nelas. Pois bem, muita gente sofisticada se debruça sobre as letras dos jornais e não consegue desentranhar o significado dos fatos.

O assunto é mais amplo. Há que analisar a esquizofrenia da cultura contemporânea. Digo algo sobre isto no OBSERVATORIO DA IMPRENSA (do combativo Alberto Dines) que irá ao ar na 3a.feira na TV Brasil (antiga TVE).

QUEM É

Affonso Romano é um escritor brasileiro. Nas décadas de 1950 e 1960 participou de movimentos de vanguarda poética. Em 1962 diplomou-se em letras e três anos depois publica seu primeiro livro de poesia, "Canto e Palavra". Em 1965 lecionou na Califórnia (Universidade de Los Angeles - UCLA), e em 1968 participou do Programa Internacional de Escritores da Universidade de Iowa, que agrupou 40 escritores de todo o mundo. Em 1969 doutorou-se pela Universidade Federal de Minas Gerais e, um ano depois, montou um curso de pós-graduação em literatura brasileira na PUC do Rio de Janeiro. Foi Diretor do Departamento de Letras e Artes da PUC-RJ, de 1973 a 1976. Ministrou cursos na Alemanha (Universidade de Köln), Estados Unidos (Universidade do Texas, UCLA), Dinamarca (Universidade de Aarhus), Portugal (Universidade Nova) e França (Universidade de Aix-en-Provence). Foi cronista no Jornal do Brasil (1984-1988) e do jornal O Globo até 2005. Atualmente escreve para os jornais Estado de Minas e Correio Brasiliense.

Recebendo e prestando esclarecimentos

Depoimento da procuradora Janice Ascari

Disponível em: <http://janiceascari.blogspot.com/2011/05/recebendo-e-prestando-esclarecimentos.html>

Agradeço muito as indicações de textos a respeito do tema (alguns eu já havia lido) e os esclarecimentos prestados nos comentários ao post anterior, no Twitter e por e-mail. Descontados alguns argumentos de autoridade e solenemente ignoradas as ironias, grosserias e deselegâncias de uns poucos, a troca de informações deu-se em alto nível e é sempre saudável. Devemos, sim, sempre conversar e conviver com a diversidade de ideias.

Recebi ontem no celular um recado da Professora Vera Masagão, coordenadora da ONG "Ação Educativa", responsável pelo livro e uma de suas autoras, colocando-se à disposição do Ministério Público para prestar todos os esclarecimentos necessários. Só não retornei a ligação porque peguei o recado já tarde da noite, mas vou fazê-lo. Agradeço a gentileza e elogio a Profª Vera pela atitude. A ONG "Ação Educativa" pode ser melhor conhecida aqui: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/>

Este blog é pessoal, é desconhecido e pouco acessado. Minha insignificante opinião só ganhou alguma dimensão por uma matéria do jornal O Globo, ao qual deixei bem claro que estava falando como **mãe** e que não havia analisado juridicamente a questão: <http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2011/05/16/procuradora-da-republica-preve-aco-es-contra-uso-de-livro-com-erros-pelo-mec-autora-se-defende-924478530.asp>

Com as leituras e os esclarecimentos recebidos aqui e no Twitter, entendi perfeitamente o ponto de vista dos especialistas em linguística. Isoladamente considerado, até que faz sentido. Entretanto, penso que há outros aspectos que devem ser considerados, dos pontos de vista educacional, pedagógico e do ensino da Língua Portuguesa de acordo com os programas oficiais dos cursos regulares e das regras para o vestibular. O ensino na vida real é um desafio para educadores e professores de todas as matérias e seja qual for a classe social dos alunos. Minha mãe, hoje aposentada, foi professora da rede estadual a vida inteira. Tenho outras professoras na família. Não há uma verdade absoluta e, se houver, ninguém é dono dela.

Mantenho minha opinião discordante e não me convenci de que esse é o melhor método de ensino, por mais que possa estar correto do ponto de vista acadêmico.

Contudo, pauto-me única e exclusivamente por minha consciência e sei reconhecer um erro, o que faço aqui, publicamente. Assiste total razão ao Professor Doutor Clecio dos Santos Bunzen Júnior, Mestre e Doutor em Linguística Aplicada pela Unicamp e Professor da Universidade Federal de São Paulo quando chama a minha atenção para o fato de eu ter dito que isso "era um crime".

Pauto-me única e exclusivamente por minha consciência e sei reconhecer um erro, o que faço aqui, publicamente (...) Expressei-me muito mal. *Crime*, no sentido técnico-jurídico da palavra, não há.

Expressei-me muito mal. *Crime*, no sentido técnico-jurídico da palavra, não há. Peço desculpas ao Prof. Dr. Clecio, aos autores do livro e a quem mais possa ter se sentido ofendido. Utilizei o termo no sentido leigo, querendo significar um absurdo, algo inaceitável. Por isso, fica aqui a minha retratação formal e meu esclarecimento, no sentido de que o termo "crime" foi por mim mal utilizado. Não acusei o MEC nem os autores do livro de nenhuma conduta que, sob o aspecto estritamente jurídico, possa configurar *crime*. Como fosse um castigo, a linguagem vulgar me pregou uma peça.

Por fim, o editorial "A pedagogia da ignorância", do jornal O Estado de São Paulo, edição de hoje (http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110518/not_imp720732,0.php), traz uma informação inverídica. Não lidero nenhum grupo de procuradores e não foi anunciado que o Ministério Público Federal irá processar o MEC.

Atuo em matéria criminal em segunda instância, perante o Tribunal Regional Federal, apenas. A atribuição para instaurar procedimentos sobre o tema é dos membros do MP de primeira instância que integram os escritórios de Tutela Coletiva, ou seja, os que trabalham com a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, a quem compete promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (como a educação). Somente esses procuradores é que podem analisar se é o caso de se abrir, ou não, algum procedimento sobre o caso, seja por iniciativa própria ou por representação.

A mim, como mãe, foi gratificante ter me informado sobre as várias facetas da questão, embora mantenha minha opinião discordante inicial.

Meus respeitos e grata a todos pelo bom debate.

QUEM É

Janice Ascari é Procuradora Regional da República de São Paulo. Ao saber da notícia pelos jornais, declarou que o livro era "um crime" contra os jovens. Ao tomar conhecimento da questão, e após ler o capítulo, publicou esta retratação em seu blog. No entanto, algumas revistas e jornais continuaram a utilizar sua declaração inicial indevidamente.

Uma defesa do "erro" de português

Hélio Schwartzman

Publicado em 16/05/2011

O pessoal pegaram pesado. Da esquerda à direita, passando por vários amigos meus, a imprensa foi unânime em atacar o livro didático "Por uma Vida Melhor", de Heloísa Ramos. O suposto pecado da obra, que é distribuída pelo Programa do Livro Didático, do Ministério da Educação, é afirmar que construções do tipo "nós pega o peixe" ou "os livro ilustrado mais interessante estão emprestado" não constituem exatamente erros, sendo mais bem descritas como "inadequadas" em determinados "contextos".

Os mais espetitados já viram aí um plano maligno do governo do PT para pespegar a anarquia linguística e destruir a educação, pondo todas as crianças do Brasil para falar igualzinho ao Lula. Outros, mais comedidos, apontaram a temeridade pedagógica de dizer a um aluno que ignorar a concordância não constitui erro.

Eu mesmo faria coro aos moderados, não fosse o fato de que, do ponto de vista da linguística --e não o da pedagogia ou da gramática normativa--, a posição da professora Heloísa Ramos é corretíssima, ainda que a autora possa ter sido inábil ao expô-la.

Acredito mesmo que, excluídos os ataques politicamente motivados, tudo não passa de um grande mal-entendido. Para tentar compreender melhor o que está por trás dessa confusão, é importante ressaltar a diferença entre a perspectiva da linguística, ciência que tem por objeto a linguagem humana em seus múltiplos aspectos, e a da gramática normativa, que arrola as regras estilísticas abonadas por um determinado grupo de usuários do idioma numa determinada época (as elites brancas de olhos azuis, se é lícito utilizar a imagem consagrada pelo ex-governador de São Paulo Cláudio Lembo). Podemos dizer que a segunda está para a primeira assim como a pesquisa da etiqueta da corte bizantina está para o estudo da História. Daí não decorre, é claro, que devemos deixar de examinar a etiqueta ou ignorar suas prescrições, em especial se frequentarmos a corte do "basileus", mas é importante ter em mente que a diferença de escopo impõe duas lógicas muito diferentes.

"Acredito mesmo que, excluídos os ataques politicamente motivados, tudo não passa de um grande mal-entendido"

Se, na visão da gramática normativa, deixar de fazer uma flexão plural ou apor uma vírgula entre o sujeito e o predicado constituem crimes inafiançáveis, na perspectiva da linguística nada disso faz muito sentido. Mas prossigamos com um pouco mais de vagar. Se os linguistas não lidam com concordâncias e ortografia o que eles fazem? Seria temerário responder por todo um ramo do saber que ainda por cima se divide em várias escolas rivais. Mas, assumindo o ônus de favorecer uma dessas correntes, eu diria que a linguística está preocupada em apontar os princípios gramaticais comuns a todos os idiomas. Essa ideia não é exatamente nova. Ela existe pelo menos desde Roger Bacon (c. 1214 - 1294), o "pai" do empirismo e "avô" do método científico, mas foi modernamente desenvolvida e popularizada pelo linguista norte-americano Noam Chomsky (1928 -).

Há de fato boas evidências em favor da tese. A mais forte delas é o fato de que a linguagem é um universal humano. Não há povo sobre a terra que não tenha desenvolvido uma, diferentemente da escrita, que foi "criada" de forma independente não mais do que meia dúzia de vezes em toda a história da humanidade. Também diferentemente da escrita, que precisa ser ensinada, basta colocar uma criança em contato com um idioma para que ela o adquira quase sozinha. Mais até, o fenômeno das línguas crioulas mostra que pessoas expostas a pídgins (jargões comerciais normalmente falados em portos e que misturam vários idiomas) acabam desenvolvendo, no espaço de uma geração, uma gramática completa para essa nova linguagem. Outra prova curiosa é a constatação de que bebês surdos-mudos "balbuciam" com as mãos exatamente como o fazem com a voz as crianças falantes.

O principal argumento lógico usado por Chomsky em favor do inatismo linguístico é o chamado *Pots*, sigla inglesa para "pobreza do estímulo" ("poverty of the stimulus"). Em grandes linhas, ele reza que as línguas naturais apresentam padrões que não poderiam ser aprendidos apenas por exemplos positivos, isto é, pelas sentenças "corretas" às quais as crianças são expostas. Para adquirir o domínio sobre o idioma elas teriam também de ser apresentadas a contraexemplos, ou seja, a frases sem sentido gramatical, o que raramente ocorre. Como é fato que os pequeninos desenvolvem a fala praticamente sozinhos, Chomsky conclui que já nascem com uma capacidade inata para o aprendizado linguístico. É a tal da Gramática Universal.

O cientista cognitivo Steven Pinker, ele próprio um ferrenho defensor do inatismo, extrai algumas consequências interessantes da teoria. Para começar, ele afirma que o instinto da linguagem é uma capacidade única dos seres humanos. Todas as tentativas de colocar outros animais, em especial os grandes primatas, para "falar" seja através de sinais ou de teclados de computador fracassaram. Os bichos não desenvolveram competência para, a partir de um número limitado de regras, gerar uma quantidade em princípio infinita de sentenças. Para Pinker, a linguagem (definida nos termos acima) é uma resposta única da evolução para o problema específico da comunicação entre caçadores-coletores humanos.

Outro ponto importante e que é o que nos interessa aqui diz respeito ao domínio da gramática. Se ela é inata e todos a possuímos como um item de fábrica, não faz muito sentido classificar como "pobre" a sintaxe alheia. Na verdade, aquilo que nos habituamos a chamar de gramática, isto é, as prescrições estilísticas que aprendemos na escola são o que há de menos essencial, para não dizer aborrecido, no complexo fenômeno da linguagem. Não me parece exagero afirmar que sua função é precipuamente social, isto é, distinguir dentre aqueles que dominam ou não um conjunto de normas mais ou menos arbitrárias que se convencionou chamar de culta. Nada contra o registro formal, do qual, aliás, tiro meu ganha-pão. Mas, sob esse prisma, não faz mesmo tanta diferença dizer "nós vai" ou "nós vamos". Se a linguagem é a resposta evolucionária à necessidade de comunicação entre humanos, o único critério possível para julgar entre o linguisticamente certo e o errado é a compreensão ou não da mensagem transmitida. Uma frase ambígua seria mais "errada" do que uma que ferisse as caprichosas regras de colocação pronominal, por exemplo.

Podemos ir ainda mais longe e, como o linguista Derek Bickerton (1925 -), postular que existem situações em que é a gramática normativa que está "errada". Isso ocorre quando as regras estilísticas contrariam as normas inatas que nos são acessíveis através das gramáticas das línguas crioulas. No final acabamos nos acostumando e seguimos os prescricionistas, mas penamos um pouco na hora de aprender. Estruturas em que as crianças "erram" com maior frequência (verbos irregulares, dupla negação etc.) são muito provavelmente pontos em que estilo e conexões neuronais estão em desacordo.

Mais ainda, elidir flexões, substituindo-as por outros marcadores, como artigos, posição na frase etc., é um fenômeno arquiconhecido da evolução linguística. Foi, aliás, através dele que os cidadãos romanos das províncias foram deixando de dizer as declinações do latim clássico, num processo que acabou resultando no português e em todas as demais línguas românicas.

A depender do zelo idiomático de meus colegas da imprensa, ainda estaríamos todos falando o mais castiço protoindo-europeu.

Não sei se algum professor da rede pública aproveita o livro de Heloísa Ramos para levar os alunos a refletir sobre a linguagem, mas me parece uma covardia privá-los dessa possibilidade apenas para preservar nossas arbitrárias categorias de certo e errado.

QUEM É

Hélio Schwartzman, 44 anos, é articulista da Folha. Bacharel em filosofia, publicou "Aquila e Titicã - O Segredo de Avicena - Uma Aventura no Afeganistão" em 2001. Escreve para a Folha.com.

O que “os livro” contam?

Eliane Brum

Li o capítulo do livro “Por uma vida melhor”, que vem causando polêmica há mais de uma semana na imprensa e na comunidade acadêmica. O livro é distribuído pelo Ministério da Educação para ser utilizado pelas escolas públicas na Educação de Jovens e Adultos e foi coordenado pela Ação Educativa – ONG pela qual tenho grande respeito pelo trabalho que realiza no reconhecimento e ampliação das vozes da cultura, especialmente a das periferias. Copio o trecho da discórdia aqui – e sugiro que o leitor leia o capítulo inteiro, intitulado “Falar é diferente de escrever”. É importante ler o texto na fonte para que possamos pensar juntos e para que cada um possa formar sua própria opinião.

O trecho que gerou a polêmica é este:

“Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado.

Você acha que o autor dessa frase se refere a um livro ou a mais de um livro? Vejamos:

O fato de haver a palavra os (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. Reescrevendo a frase no padrão da norma culta, teremos:
Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Você pode estar se perguntando: ‘Mas eu posso falar ‘os livro?’. Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.”

Ao ler o capítulo inteiro, é fácil perceber que, em nenhum momento, os autores do livro afirmam que não se deve ensinar e aprender a “norma culta” da língua. Pelo contrário. Eles se dedicam a ensiná-la. Logo na primeira página, é dito: “Você, que é falante nativo de português, aprendeu sua língua materna espontaneamente, ouvindo os adultos falarem ao seu redor. O aprendizado da língua escrita, porém, não foi assim, pois exige um aprendizado formal. Ele ocorre intencionalmente: alguém se dispõe a ensinar e alguém se dispõe a aprender”. Mais adiante, os autores estimulam o aluno a ler e a escrever – e a insistir nisso, mesmo que possa parecer difícil, porque é lendo e escrevendo que se aprende a ler e a escrever.

Não há, portanto, nenhum complô contra a língua portuguesa, como algumas intervenções fizeram parecer. Nem mesmo caberia tanto barulho, não fosse uma ótima oportunidade para pensarmos sobre a língua. E o debate das ideias sempre vale a pena. É mais interessante, porém, quando partimos das dúvidas – e não das certezas. Não custa perguntar uma vez por dia

O livro (...) foi coordenado pela Ação Educativa – ONG pela qual tenho grande respeito pelo trabalho que realiza no reconhecimento e ampliação das vozes da cultura, especialmente a das periferias

a si mesmo: “Será que eu estou certo?”. Ninguém está velho demais, ou sábio demais, ou tem diplomas demais que não possa duvidar e aprender. Um professor que pensa que sabe tudo não é um professor – é um dogma. E dogmas cabem nas religiões e nas ditaduras – e não na escola e na democracia.

Há algumas afirmações no texto que, em minha opinião, merecem uma reflexão mais atenta. E o trecho de “Os livro” é apenas uma delas. Em outro momento, os autores dizem o seguinte:

“Em primeiro lugar, não há um único jeito de falar e escrever. A língua portuguesa apresenta muitas variantes, ou seja, pode se manifestar de diferentes formas. Há variantes regionais, próprias de cada região do país. (...) Essas variantes também podem ser de origem social. As classes sociais menos escolarizadas usam uma variante da língua diferente da usada pelas classes sociais que têm mais escolarização. Por uma questão de prestígio — vale lembrar que a língua é um instrumento de poder —, essa segunda variante é chamada de variedade culta ou norma culta, enquanto a primeira é denominada variedade popular ou norma popular.

Ao ler o capítulo inteiro, é fácil perceber que, em nenhum momento, os autores do livro afirmam que não se deve ensinar e aprender a “norma culta” da língua. Pelo contrário

Contudo, é importante saber o seguinte: as duas variantes são eficientes como meios de comunicação. A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio. Nesse sentido, é comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros. Esse preconceito não é de razão linguística, mas social. Por isso, um falante deve dominar as diversas variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana”.

É verdade que a língua pode ser um instrumento de dominação – e foi ao longo da História não só do Brasil, mas do mundo. O português mesmo é a língua dos colonizadores – e foi sendo transformado por falantes vindos de geografias e de experiências diversas ao longo dos séculos, num constante movimento. Assim como a apropriação da palavra escrita e a ampliação do acesso à escola estão na base de qualquer processo igualitário. Também é verdade que os pobres sempre foram discriminados por tropeçarem nas palavras e na concordância. Basta lembrar as piadas que faziam com Lula porque no início de sua carreira política ele falava “menas” – em vez de menos. A solução para a discriminação, sempre uma indignidade, não foi afirmar que “menas” também era correto.

O que discordo no capítulo polêmico é exatamente o caminho que o livro propõe para a inclusão. Primeiro, acho complicado afirmar que usar “a norma culta” ou a “norma popular” é uma questão de ocasião. Como neste trecho: “A norma culta existe tanto na linguagem escrita como na linguagem oral, ou seja, quando escrevemos um bilhete a um amigo, podemos ser informais, porém, quando escrevemos um requerimento, por exemplo, devemos ser formais, utilizando a norma culta”.

Aceitar que está correto dizer “Os livro” – ou que basta aprender onde cabe a “norma popular” e onde é mais apropriada a “cultura” – pode significar aceitar a dominação e acolher o preconceito. Quem fala e escreve “os livro” o faz não por escolha, mas porque lhe foi roubado o acesso à educação. É verdade que quem assim se expressa supostamente comunica o mesmo que quem respeita a concordância. E o objetivo maior da língua é permitir a comunicação. Mas,

se você afirma que a concordância ou não é apenas uma questão de ocasião, você corre o risco de estar acolhendo a discriminação – e não incluindo de fato.

A inclusão real só vai acontecer quando a escola pública oferecer a mesma qualidade de ensino recebida pelos mais ricos nas melhores escolas privadas. Quando o Estado for capaz de garantir a mesma base de conhecimento para que cada um desenvolva suas potencialidades. E este é o problema do país: uma educação pública de péssima qualidade, com adolescentes que chegam ao ensino médio sem condições de interpretar um texto – e muitas vezes incapazes até mesmo de ler um texto.

O que os mais pobres precisam não é que alguém lhes diga que expressões como “os livro” é bom português, mas sim uma escola que ensine de fato – e não que finja ser capaz de ensinar. Para dizer “os livro” ninguém precisa de escola. É óbvio que a língua, como coisa viva que é, também é política. Mas a política de inclusão contida no texto do livro pode estar equivocada. E a discussão sobre o tema, seja de um lado ou de outro, poderia ser mais interessante se fosse menos sobre política – e mais sobre educação.

Dominar as regras é importante até para poder quebrá-las. É preciso conhecer profundamente a origem, a estrutura da língua, para poder brincar com ela. Você precisa partir do parâmetro para reinventá-lo na escrita. Quando o personagem de um romance que se passa na periferia de uma grande cidade diz “Os livro”, seu autor sabe que a concordância correta é “os livros”. Quando ele escolhe colocar essa construção na boca do personagem, há uma intenção literária. Ele está nos dizendo algo muito mais profundo do que uma mera equivalência poderia sugerir. Se você elimina essa possibilidade, pode estar eliminando a denúncia da dominação ou a possibilidade do estranhamento. (Ao final do capítulo polêmico, aliás, há um texto bem interessante sobre a visão de mundo contida na escolha da linguagem escrita, desenvolvido a partir do poema “Migna terra”, de Juó Bananére.)

Quando alguém é discriminado por dizer “Os livro” não me parece ser “um preconceito linguístico”, como os autores afirmam, mas um preconceito. Ponto. Ninguém tem o direito de zombar de outro porque ele não conhece as regras gramaticais – ao contrário, deve ajudá-lo a encontrar os meios de aprender. E é nesse ponto que me parece que pode existir também um equívoco na compreensão do que é a linguagem popular.

Não sou linguista, nem gramática, nem professora de português. Estou sempre estudando para não cometer erros ao escrever, mais ainda agora com a nova ortografia. Mas, mesmo com a gramática e o dicionário já bem gastos pelo uso, às vezes me acontece de atropelar a língua. Acho, porém, que entendo um pouco da linguagem das ruas. E nisso tenho algo a dizer.

Percorro o Brasil há mais de 20 anos ouvindo histórias de gente – e muitos dos que escutei eram analfabetos. Sempre defendo que a principal ferramenta do repórter é a escuta. E é justamente esta escuta que me ensinou que a linguagem popular é muito variada – e muito, muito sofisticada mesmo. Seguidas vezes, meu desafio é apenas escutar com redobrada atenção para reproduzir pela escrita o que foi inventado pela fala. Porque há uma recriação de mundo em cada canto, contida nas pessoas a partir de experiências as mais diversas. É essa sofisticação da linguagem que me abre as portas para o universo que me propus a contar.

Com frequência eu penso, diante de um analfabeto nos confins do Brasil: “Nossa! Isso é literatura pela boca!”. E é. Guimarães Rosa não reinventou a língua portuguesa apenas porque era um gênio. Acredito que era um gênio – mas acredito também que ele bebeu em genialidades orais do sertão do qual se apropriou como poucos.

Então, acreditar que a linguagem popular (ou “variante popular” ou “norma popular”) é dizer coisas toscas como “os livro” pode significar subestimar a riqueza e a diversidade de expressão do povo. Sempre lamentei que as pessoas que me contavam suas histórias não tivessem tido acesso à escola, devido à abissal desigualdade do Brasil, para que não precisassem de mim para transformar em escrita as belas construções, os achados de linguagem que saíam de sua boca. Nada a ver com “os livro”. Posso estar errada, mas me arrisco a afirmar que o povo brasileiro é muito melhor do que isso. Se o Estado algum dia garantir escola pública de qualidade e professores qualificados, bem pagos e dispostos a ensinar, o português será uma língua muito mais rica também na expressão escrita – como já é na oral.

QUEM É

Eliane Brum é jornalista, escritora e documentarista. Ganhou mais de 40 prêmios nacionais e internacionais de reportagem. É autora de Coluna Prestes – O Averso da Lenda (Artes e Ofícios), A Vida Que Ninguém Vê (Arquipélago Editorial, Prêmio Jabuti 2007) e O Olho da Rua (Globo). E-mail: elianebrum@uol.com.br. Twitter: @brumelianebrum

Do dialeto da classe educada brasileira, pode-se falar?

Ludmila Thomé de Andrade (UFRJ)

Em alguns meios de comunicação nos últimos dias, vieram à tona opiniões discordantes a respeito do papel da escola no tratamento dos dialetos sociais da língua brasileira. O barulho revela o desconhecimento do público em geral a respeito dos impasses da educação e de suas formas de superação. Em 1986, Magda Soares propunha o multidialetalismo, caminho didático da consideração de falares sociais diversos. Era a saída para a escola, diante do impasse de como tratar os modos de falar de crianças e jovens de origem popular. Propunha um ensino de língua portuguesa que se utilizasse do levantamento, entendimento e apresentação dos dialetos sociais brasileiros, para atingir o objetivo primordial de apropriação e aprendizagem do dialeto de prestígio.

Os procedimentos recomendados pela atual pesquisa brasileira, pelo menos em Linguística, Educação, Didática da Língua Portuguesa e estudos de Letramento, decorrem de uma posição que dura mais de 25 anos, para a pesquisa e para a formação inicial de professores de nossa escola básica! Para os educadores propositores deste ideal, considerar o dialeto não prestigiado em prioridade é um meio para se atingir uma escola pública democrática, que cumpra seu papel de ensino do português padrão da norma culta, sem reproduzir as discriminações já presentes na convivência social.

Em prol do desenvolvimento linguístico de todos os cidadãos da escola, recomenda-se o aprofundamento no conhecimento que já têm da língua. Se todos somos falantes da língua, então dela somos todos conhecedores. Já nascemos aprendendo-a e o fazemos bem antes da escola iniciar seus ensinamentos. Para se (re)aprender a língua, o caminho é se sensibilizar com a sua história, explorar sua diversidade e a variedade de suas possibilidades. Tanto um falante que transite bem na norma padrão da língua brasileira quanto outros, que se utilizem de outros padrões, menos prestigiados, serão beneficiados pelo conhecimento de formas de utilização da língua para além das que já conhece.

Um inspirador autor de conceitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Mikhail Bakhtin, em sua obra, afirma que os gêneros discursivos secundários, a Literatura e a Ciência, por exemplo, subsidiam-se necessariamente de gêneros primários, que se encontram nas ruas, nas feiras, nas praças. Assim se produz a língua.

Ainda nos anos 70 no Brasil, muito antes dos PCN trazerem estas ideias, antes da obra de Soares, a Sociolinguística comparecia como referência na formação inicial de professores de português e de anos iniciais do ensino fundamental, defendendo uma atitude menos preconceituosa e mais conceitual diante dos falares nacionais. As diferenças a serem observadas são de caráter social, regional, etário, sexual, profissional etc. A verdadeira língua não está guardada cristalizadamente em formas que não nos causam estranhamento, que passam como padrão. Ao contrário, está na mudança.

Os princípios defendidos servem a todas as partes. Para a massa de ascendência analfabeta que herda das gerações de períodos históricos em que havia 50 % de analfabetos no país (hoje “apenas” 9%), o conhecimento do discurso padrão, será de interesse e utilidade. Para os já nascidos falantes da língua de prestígio, herdeiros, aprender que a língua é constituída deste extrato popular vivo, cambiante, sempre adubado e criativo, também seria um conhecimento

que os permitiria relacionar-se melhor com a língua escrita, sua língua, da qual precisam se apoderar. A fruição dos neologismos rurais de Guimarães Rosa, por exemplo, exige uma abertura à língua viva. Apreciar a modernidade de Machado de Assis não se faz sem se lidar com os arcaísmos que enquadram as vozes sociais históricas retratadas. Língua inventada, por arte, língua rural e língua antiga constituem o conhecimento culto da língua. Porque a língua popular não o seria também?

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma política que deve ser valorizada, de acordo com a qual o MEC se responsabiliza pela avaliação criteriosa, seleção e distribuição a todas as escolas públicas do país. Entretanto vemos instâncias paralelas desonerarem o valor desta ação, realizando movimentações que produzem duplicação dos gastos, com vendas de livros não selecionados, sem este selo de qualidade, a municípios e estados. Muitos livros produzidos por editoras são propostos ao PNLD e não alcançam a seleção para serem distribuídos. O livro que gerou este quiprocó foi um dos selecionados e não pode ser tomado apenas a partir de recortes sensacionalistas, mas por seu conjunto.

QUEM É

Ludmila Thomé de Andrade é professora da Faculdade de Educação da UFRJ e coordenadora do Laboratório de Estudos de Linguagem, Leitura, Escrita e Educação (LEDUC)

Um bom momento para refletir sobre o que é ensinar e saber a língua portuguesa como língua materna

Darcilia Marindir Pinto Simões (UERJ)

Num cenário em que estão na ordem do dia o preconceito e o bullying, mostra-se relevante o conflito de opiniões provocado por expressões verbais em português na variedade brasileira presentes em livro didático destinado ao EJA classificadas como erros e interpretadas descontextualizadamente. É hora de rever e reajustar posições.

É, no mínimo, espantosa a enxurrada de manifestações, açodadas umas, levianas outras, acerca de uma atitude apoiada no sociovariacionismo cuja estratégia didática tem por meta encorajar os falantes a enfrentar a riqueza da língua portuguesa, sem que se sinta estigmatizado por sua fala diferente e decorrente da moldura sociocultural em que se insere.

Como Professora de Português e Linguista Aplicada a um só tempo, não posso deixar de pronunciar-me. Há muito que os membros do grupo de pesquisa que lidero o SELEPROT, vem-se empenhando na produção teórico-prática de subsídios para uma aula de português, de fato, eficiente. Por isso, enquadramo-nos na perspectiva sociovariacionista, quando nos ocupamos da percepção e descrição das variedades regionais e sociais hodiernas (ao falante comum interessa a descrição sincrônica) com que o docente deverá lidar em sua prática cotidiana. Por isso, vimos desenvolvendo um trabalho substancial com letras de música brasileira (entre outros gêneros), por meio das quais é possível documentar a riqueza de nossas falas, as quais são representação icônica da pluralidade e da mestiçagem do povo brasileiro.

No entanto, diferente dos que pensam que o ingresso das falas não padrão na sala de aula promove a expulsão do ensino normativo, nosso grupo de pesquisa vem tentando mostrar que, pelo estudo dialógico no qual as falas diferenciadas se entrecruzam, o estudante pode concretizar a meta de tornar-se um poliglota em sua própria língua, ou em outras palavras, aprender a manifestar-se nas diversas variedades sincrônicas que circulam na sociedade envolvente.

Assim sendo, após a oportunidade de manusear as páginas que se tornaram alvo da polêmica ensinar português certo ou português errado, fiquei feliz em conhecer um trabalho didático que possibilita, objetivamente, ao aluno do EJA (clientela cujos estigmas sociais já lhe pesam demasiadamente) constatar que as outras falas, as não padrão, também são reconhecidas na/pela escola, que não são falas proibidas nem erradas e que, ao adquirir domínio na variedade padrão oferecida pela escola, esse aluno estará adquirindo mais uma opção comunicativa que lhe permitirá transitar mais à vontade nos espaços ditos letrados.

Finalizando, cumpre lembrar que o ensino da Língua Portuguesa como Língua Materna exige de nós, professores, a consciência de que ensinamos essa língua a sujeitos que já a praticam, com relativa eficiência, desde que começaram a falar. Logo, a justificativa do ensino escolar da Língua Materna como disciplina é justamente a oportunidade de disciplinar o uso da língua, propiciando aos falantes a escolha da variedade linguística adequada ao contexto de comunicação de que então participa.

Em última análise, a escola deve propiciar o conhecimento do maior número possível de variedades, validando-as todas, para que o falante se torne competente para determinar o estilo

de sua fala em cada interação sociodiscursiva, sem perder de vista que, por enquanto, a maioria dos concursos e processos seletivos dele vai exigir a variedade padrão.

Parabéns ao livro *Por uma Vida Melhor* e aos colegas que o elegeram como livro oficial para o EJA.

QUEM É

Darcilia Marindir Pinto Simões (www.darciliasimoes.pro.br) é coordenadora do SubGT de LA Ensino e aprendizagem (no GT de LA da ANPOLL), procientista da UERJ e Pesquisadora do CNPq. Doutora em Letras Vernáculas (UFRJ); Pós-doutora em Semiótica (PUCSP); Pós-doutora em Linguística (UFC) e Professora Adjunta de Língua Portuguesa no Instituto de Letras da UERJ. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Semiótica, Leitura e Produção de Textos SELEPROT e do Laboratório Multidisciplinar e Multiusuário de Semiótica LABSEM (UERJ-ESDI)

Preconceito linguístico ou ensino democrático e pluralista?

Dante Lucchesi (UFBA)

Nos últimos tempos, a sociedade brasileira vem aprofundando seu caráter democrático, não apenas com a distribuição de renda promovida pela ação dos programas sociais do Governo Federal, como também no reconhecimento da diferença como parte do respeito à dignidade da pessoa humana. Hoje o racismo é tipificado como crime pelo Código Penal, e está em curso no Congresso Nacional um projeto de lei contra a homofobia. No plano da cultura, manifestações de matrizes historicamente marginalizadas, como a africana, estão plenamente integradas, como os blocos afros no Carnaval da Bahia, a capoeira e o Candomblé. Porém, o preconceito e a intolerância ainda predominam em um plano essencial da cultura: a língua.

Nada mais revelador a esse respeito do que a comoção provocada pelo livro didático de língua portuguesa *Por uma vida melhor*, distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação (MEC), para a educação de jovens e adultos. A revolta se concentra em uma passagem do livro que diz que o aluno poderia dizer algo como “os livro”, em certos contextos, mas que deveria empregar a forma padrão “os livros”, sobretudo em situações formais para não ser vítima do preconceito linguístico.

Foi o suficiente para que políticos, jornalistas, intelectuais e professores manifestassem toda a sua perplexidade e indignação. Até uma procuradora do Ministério Público Federal, no melhor estilo udenista da Marcha com Deus pela Família, ameaçou com processo os responsáveis pela edição e pela distribuição do livro. Argumentou-se que, sendo a missão da escola ensinar a “forma correta”, não podia admitir o uso da “forma errada”; e que à escola cabia ensinar a norma culta, e não a popular. Chama a atenção, em primeiro lugar, o açodamento e leviandade de alguns posicionamentos, que revelaram que seus autores sequer se deram ao trabalho de ler o livro.

Chama a atenção, em primeiro lugar, o açodamento e leviandade de alguns posicionamentos, que revelaram que seus autores sequer se deram ao trabalho de ler o livro.

A obra, da autoria da professora Heloísa Ramos, baseia-se em princípios racionais e imprescindíveis para um ensino eficaz da língua materna, tais como o de que “falar é diferente de escrever”. E reconhece que o português, como qualquer língua humana viva, admite formas diferentes de dizer a mesma coisa, o que a ciência da linguagem denomina variação linguística. Informa ainda que a variação linguística reflete a estrutura da sociedade. No caso brasileiro, o cenário da variação social apresenta uma divisão entre uma norma culta e uma norma. O livro ainda alerta que, apesar de serem “eficientes como meios de comunicação”, as duas normas recebem uma avaliação social diferenciada, existindo “um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros”, mas que “esse preconceito não é de razão linguística, mas social”. Em vista disso, conclui que “o falante tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião”. Não há nada demais em tais afirmações. Os gramáticos mais esclarecidos reconhecem que o padrão da correção absoluta deve ser substituído pelo parâmetro da adequação relativa às diversas situações de uso da língua. É tão inadequado dizer “me dá menos tarefa” numa reunião formal de trabalho, quanto perguntar “poder-me-ia informar o preço desse vegetal?” em uma feira livre. Como diz ainda o

questionado livro, “um falante deve dominar as diversas variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana”.

Informar ao aluno que a língua é plural e admite formas variantes de expressão, cada uma legítima em seu universo cultural específico, não é apenas a forma mais adequada de fazer com que o aluno conheça a realidade da sua língua, mas um preceito essencial de uma educação cidadã, fundada nos princípios democráticos, do reconhecimento da diferença como parte integrante do respeito à dignidade da pessoa humana. A pluralidade é o principal pilar de uma sociedade democrática, garantindo a diversidade de crenças, de opiniões, de comportamentos, de opções sexuais etc. Contudo, a diversidade linguística é vista sempre como uma ameaça, sem que as pessoas se deem conta do autoritarismo que tal visão dissemina.

A aceitação da diversidade linguística não entra em contradição com a necessidade da aquisição de uma norma padrão para uma melhor inserção em uma sociedade de classes, dominada pelo letramento. E inclusive o livro em questão se apresenta como um instrumento adequado desse ensino, com seus exercícios de pontuação, do uso canônico dos pronomes e até do emprego das sacrossantas regras de concordância, que ousou desafiar, tocando em um aspecto nevrálgico da visão discricionária de língua que predomina na sociedade brasileira. O reconhecimento da diversidade linguística, longe de ser prejudicial, é uma condição sine qua non para uma escola democrática e inclusiva, que amplia o conhecimento do aluno sem menosprezar sua bagagem cultural. A imposição de uma única forma de usar a língua, rechaçando as demais variedades como manifestações de inferioridade mental, é um ato de violência simbólica e mutilação cultural inaceitável.

Portanto, só a ignorância ou a má-fé podem explicar as manifestações de indignação e revolta que beiram a histeria, diante da distribuição de um livro tão pertinente, através do sistema democrático e republicano do Programa Nacional do Livro Didático do MEC

Outro aspecto que chama atenção é o desconhecimento que predomina na sociedade sobre o ensino de língua portuguesa. Já há alguns anos que os livros didáticos contemplam a questão da variação linguística, e muitas escolas têm adotado essa visão mais pluralista e democrática de ensino de língua portuguesa com resultados muito positivos. Portanto, antes que se diga que a distribuição do livro é mais um ato de populismo do governo do PT, deve-se esclarecer que essa visão remonta ao governo FHC, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1997, que já diziam que “a imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre ‘o que se deve e o que não se deve falar e escrever’, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua” e alertavam que “o problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença”.

Portanto, só a ignorância ou a má-fé podem explicar as manifestações de indignação e revolta que beiram a histeria, diante da distribuição de um livro tão pertinente, através do sistema democrático e republicano do Programa Nacional do Livro Didático do MEC. Diante disso, importa saber quais são as razões mais profundas dessas reações. Em primeiro lugar, a língua ocupa um posição sui generis na estrutura social. Em outras áreas do comportamento, as leis se

seguem às práticas sociais. Na língua, ao contrário, as disposições governamentais, como no caso dos PCNs, estão muito à frente da visão dominante na sociedade, que é no geral dogmática e cheia de mitificações.

O linguista norte-americano William Labov fala do mito da Idade do Ouro, no qual as pessoas tendem a acreditar que a língua atingiu sua perfeição no passado e desde então só se tem deteriorado, e se afligem com as inovações que a cada dia ameaçam mais e mais a integridade do idioma, sendo as mais perigosas as violações perpetradas pela “gente inculta”. Porém, não se conhece uma única língua cujo funcionamento tenha sido comprometido pelas mudanças que sofreu ao longo de seu devir histórico. As mudanças que afetaram o chamado latim vulgar da plebe romana deram origem ao português de Camões, ao espanhol de Cervantes e ao francês de Flaubert. E as “deteriorações” sofridas pela língua portuguesa desde o tempo de Camões não impediram que Pessoa escrevesse sua magistral obra poética. Além do que, muitos males que afligem hoje a língua, para a decepção de muitos, não constituem grande novidade. Os puristas ficam horrorizados com a linguagem desleixada da Internet, impregnada de abreviaturas. Pois as abreviaturas abundam nas inscrições romanas e nos manuscritos medievais.

Costuma-se correlacionar também complexidade gramatical com grau de civilização. Porém, muitas línguas indígenas brasileiras exibem uma morfologia muito mais complexa, inclusive marcando certas categorias gramaticais, como a evidencialidade (que informa a fonte de conhecimento do evento verbalizado), absolutamente ausentes na gramática das línguas europeias. Já muitas línguas africanas, em sua maioria ágrafas (sem escrita), exibem um sistema morfológico de classificação nominal extremamente complexo. E algumas línguas da Melanésia, de comunidades tribais, têm mais de cem formas pronominais, contra algumas poucas dezenas das principais línguas europeias, que têm mais de mil anos de tradição escrita. Ou seja, complexidade gramatical não tem qualquer correlação com grau de civilização. Nem se pode pensar que complexidade gramatical implica maior poder de expressão da língua.

Outro grande mito é o da ameaça à unidade linguística: se não houver uma rígida uniformização, a unidade da língua se perde; se o caos da variação linguística não for detido, a comunicação verbal ficará irremediavelmente comprometida. Ao contrário, a heterogeneidade da língua é que garante a sua unidade em uma comunidade socialmente estratificada e culturalmente diversa. É a flexibilidade conferida pela variação linguística que permite a uma língua funcionar tanto na feira livre quanto nos tribunais de justiça. Se fosse um código monolítico e inflexível, como sugerem os puristas, a mesma língua não poderia funcionar em ambientes tão diversos, o que levaria inexoravelmente à sua fragmentação.

Impressiona o nível de ignorância que se observa em pleno século XXI em relação à língua. Qualquer pessoa minimamente informada já ouviu falar de Freud, Lévi-Strauss e Max Weber, tem alguma ideia sobre o que seja o Complexo de Édipo e o Tabu do Incesto e não ousa falar em raças superiores e inferiores, ou que um criminoso possa ser reconhecido pelo formato do seu crânio, mas fala com naturalidade de línguas simples e complexas e se refere a formas linguísticas correntes como aberrações. Aliás, a visão de que a forma superior da língua é aquela dos escritores clássicos é contemporânea do sistema de Ptolomeu, de que a Terra era o centro do Universo e, em torno dela, giravam o sol, os planetas e as estrelas. Ou seja, a Revolução de Copérnico não chegou ainda à língua.

Um exame aprofundado da questão revelará que as motivações históricas para tanto preconceito e mitificação decorrem exatamente papel político crucial que a língua desempenha nas sociedades de classe. Ao longo dos tempos, a língua tem constituído um poderoso

instrumento de dominação e de construção da hegemonia das classes dominantes. A construção dos estados nacionais encontrou na uniformização e homogeneização linguística um dos seus apoios mais eficazes, sobretudo em regimes autoritários e absolutistas. E o preconceito contra as formas de expressão das classes populares constitui um poderoso instrumento de legitimação ideológica da exploração desses segmentos. Na medida em que o preconceito viceja na ignorância, pode-se entender por que é tão importante impedir que uma visão isenta e cientificamente fundamentada da língua tenha uma grande circulação na sociedade.

Em um programa televisivo sobre o polêmico livro, um conhecido jornalista inquiriu uma entrevista alegando que a concordância gramatical seria imprescindível para o raciocínio lógico. Se fosse assim, os norte-americanos, australianos e ingleses deveriam enfrentar dificuldades significativas, porque o inglês é uma língua praticamente desprovida de concordância nominal e verbal.

Ao contrário, a grande maioria dos artigos científicos é escrita na atualidade em inglês, e as universidades inglesas e norte-americanas figuram entre as melhores do mundo. Em inglês, se diz: I work, you work, he works, we work, you work, they work. Na linguagem popular do Brasil, se diz: eu trabalho, tu trabalha, ele trabalha, nós trabalha, vocês trabalha, eles trabalha.

Nas duas variedades linguísticas, só uma pessoa do discurso recebe marca específica, mas o inglês é a língua da globalização e da modernidade, enquanto o português popular do Brasil é língua de gente ignorante, que não sabe votar. Fica evidente que o valor das formas linguísticas não é intrínseco a elas, mas o resultado da avaliação social impingida aos seus usuários.

Ao contrário do que pensa o jornalista, a concordância não é um requisito para o raciocínio lógico. Até porque as regras de concordância são mecanismos gramaticais que não interferem na comunicação verbal, tanto que é indiferente dizer “nós pegamos os peixes” ou “nós pegou os peixe”. A informação veiculada é a mesma. Em função disso, esses mecanismos costumam ser muito afetados em determinados processos históricos como aqueles por que passaram o inglês, o português no Brasil e o francês, que, mesmo com a erosão na oralidade de suas marcas de concordância, não deixou de se tornar a língua de cultura do mundo ocidental no século XIX.

Porém, na recente história política deste país, a concordância teve uma posição de destaque, quando a imprensa conservadora questionava a capacidade do Presidente Lula, invocando, entre outras coisas, os seus “erros de português”. O preconceito linguístico nada mais era do que a expressão de um preconceito mais profundo das elites econômicas que não podiam admitir que um torneiro mecânico ocupasse o cargo de maior mandatário da República. O sucesso e as conquistas alcançadas pelo Governo Lula, tanto no plano interno quanto externo, só vieram a confirmar que, tanto um preconceito quanto outro, não tinham o menor fundamento.

Mas, vale tudo para desqualificar a linguagem popular, até dizer o disparate de que ela “é caótica e sem regras”, como afirmou, há alguns anos, uma jornalista da imprensa conservadora. Desde 1957, com as publicações dos trabalhos do linguista norte-americano Noam Chomsky, sabe-se que a Faculdade da Linguagem é uma propriedade universal da espécie humana, de modo que qualquer frase produzida por um falante de qualquer língua natural, seja ele analfabeto ou erudito, é gerada por um sistema mental de regras tão sofisticado que mesmo o computador mais poderoso já produzido é incapaz de fazer o que qualquer indivíduo faz trivialmente: falar sua língua nativa.

Nesse contexto, é possível compreender o quanto é subversivo (ou seja, transformador) distribuir amplamente um livro didático que reconhece a diversidade linguística e a legitimidade da linguagem popular. É muito revelador o depoimento do eminente gramático Evanildo Bechara, divulgado no portal UOL, na Internet, em 18/05/2011. Numa crítica à orientação dos PCNs, que ele considera um "erro de visão", afirma: "Há uma confusão entre o que se espera de um cientista e de um professor. O cientista estuda a realidade de um objeto para entendê-lo como ele é. Essa atitude não cabe em sala de aula. O indivíduo vai para a escola em busca de ascensão social". É impressionante que se diga que "não cabe em sala de aula" fornecer elementos para o aluno "compreender [a língua] como [ela] é". É como dizer que o darwinismo não cabe em sala de aula, devendo o ensino da biologia ser orientado pelos princípios do criacionismo. Acenando com a cenoura da "ascensão social", Bechara quer limpar o terreno do ensino para os normativistas legislarem arbitrariamente sobre a língua, como têm feito até então. A visão científica da língua, que reconhece a variação e a diversidade linguística como propriedades essenciais de qualquer língua viva, deve ficar hermeticamente confinada aos ambientes científicos. Na escola e na sociedade, deve predominar a visão dogmática e obscurantista de que existe uma única forma de falar e escrever, enquanto as demais devem ser vistas como deteriorações produzidas por mentes inferiores.

Os problemas dessa visão dogmática e discriminatória do ensino de língua portuguesa se agravam com a tensão que existe no país em relação à norma de correção linguística. O linguista Marcos Bagno tem demonstrado que estruturas como "o jogador custou a chutar" e outras que os gramáticos tardicionais e midiáticos, como Pasquale Cipro Neto, afirmam não pertencer à norma culta são recorrentes nos textos de escritores consagrados, como Cecília Meirelles, Carlos Drummond de Andrade e Clarice Lispector, ou mesmo de clássicos, como Machado de Assis e José de Alencar. Isso demonstra que, no Brasil, existe um desacordo flagrante entre a norma padrão – modelo ideal de língua usado como critério para a correção linguística – e a norma culta – forma da língua concretamente usada pelas pessoas consideradas cultas, advogados, jornalistas, escritores etc. Ao empregar as duas expressões como sinônimas, Pasquale e os normativistas buscam dar às suas prescrições uma legitimidade que elas não têm, porque se apoiam numa equivalência que está longe de existir.

A tensão entre a norma padrão e a norma culta é normal em qualquer sociedade letrada, na medida em que a norma padrão constitui uma forma fixa e idealizada de língua a partir da tradição literária, enquanto a norma culta, constituída pelas formas linguísticas efetivamente em uso está sempre se renovando. Porém, no Brasil o desacordo entre as duas é grave desde as origens do estado brasileiro. A independência política do Brasil, ocorrida em 1822, desencadeou uma série de manifestações e movimentos nacionalistas, que tinham no índio tupi o grande símbolo da nacionalidade. Contudo, escritores que abraçaram a temática indigenista e nacionalista que tentaram adequar a linguagem portuguesa à nova realidade cultural do Brasil, como José de Alencar, foram alvo de virulentas críticas provenientes do purismo gramatical.

Mais uma vez, a língua se descolou dos demais aspectos da cultura. Se os elementos representativos da brasilidade deveriam ser adotados, derrubando os símbolos da velha ordem colonial, a linguagem brasileira era vista como imprópria e corrompida, devendo continuar a prevalecer a língua da antiga Metrópole portuguesa. A vitória dos puristas representou a vitória de um projeto elitista e excludente na formação do estado brasileiro. E a base racista desse projeto fica clara neste trecho do discurso de Joaquim Nabuco, na sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 1897: A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita

devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. (...) Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época (...) Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano ou Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira.

A vassalagem linguística à ex-metropole implicou a adoção do modelo da língua de Portugal na normatização linguística no país, com graves conseqüências, como o generalizado sentimento de insegurança linguística que aflige todos segmentos da sociedade brasileira, mesmo os mais escolarizados. É comum ouvir afirmações do tipo “o português é uma língua complexa”, ou “o brasileiro não sabe falar português”. E não poderia ser diferente porque a tradição gramatical brasileira exige que os brasileiros escrevam, ou até mesmo falem, com a sintaxe portuguesa, o que é impraticável, porque a língua não parou de mudar, tanto em Portugal quanto no Brasil, em um processo que, por vezes, assume direções distintas, ou mesmo contrárias, em cada um dos lados do Oceano Atlântico.

Uma das mais notáveis dessas mudanças foi a violenta redução das vogais átonas da língua em Portugal, fazendo com que os portugueses pronunciem telefone como tlefone, o que confere ao português europeu contemporâneo uma sonoridade, que é menos românica do que germânica, ou mesmo eslava. Já no Brasil pronuncia-se telefoni ou têlêfoni (consoante a região), tendo ocorrido o inverso: o fortalecimento das vogais pretônicas. Essa mudança acabou por repercutir em outros níveis da estrutura da língua, de modo que em Portugal se generalizou o uso da ênclise, até nos casos em que, na língua clássica, era obrigatório o uso da próclise (e.g., O João disse que feriu-se; Não chegou-se a um acordo), enquanto no Brasil emprega-se normalmente a próclise até nos contextos vedados pela tradição (e.g., Me parece que ela não veio).

Para além da insegurança linguística, a adoção de uma norma adventícia no Brasil produz também verdadeiros absurdos pedagógicos. Toda gramática normativa brasileira tem um capítulo dedicado à colocação pronominal, que se inicia invariavelmente com a afirmação “a colocação normal do pronome átono é a ênclise”; ao que se seguem mais de vinte regras indicando onde se deve usar a próclise (em orações subordinadas, depois de palavras negativas, após alguns advérbios etc). Tal gramática serve a um estudante português, que usa normalmente a ênclise e pode aprender quais são os contextos excepcionais onde a tradição recomenda o uso da próclise, mas não tem a menor serventia para um estudante brasileiro, que já usa normalmente a próclise. Para ter algum valor pedagógico, o texto da gramática brasileira deveria ter a seguinte feição: “a colocação normal do pronome átono no Brasil é a próclise; entretanto, para se adequar à tradição, deve-se evitar essa colocação em início de período e após uma pausa”.

Esses equívocos se exacerbam dentro da visão tradicional que restringe o ensino de língua portuguesa à prescrição do uso de formas anacrônicas, quando o ensino da língua deve ser muito mais amplo que isso, concentrando-se em práticas criativas que capacitem o aluno a produzir e interpretar textos, dominar os diversos gêneros textuais e identificar os mais variados sentidos e valores ideológicos que as produções verbais assumem em cada situação específica; ao que se deve somar uma informação propedêutica acerca da diversidade da língua.

Pode-se entender, assim, porque uma entidade conservadora e anacrônica, como a Academia Brasileira de Letras (ABL), se juntou às vozes recalcitrantes, criticando o livro de português do

MEC em uma nota oficial, na qual afirma: “Todas as feições sociais do nosso idioma constituem objeto de disciplinas científicas, mas bem diferente é a tarefa do professor de língua portuguesa, que espera encontrar no livro didático o respaldo dos usos da língua padrão que ministra a seus discípulos”. Mais uma vez, a ladainha de que a escola e a sociedade devem ser privadas de uma visão científica (ou seja, realista) da língua, ficando à mercê de toda a arbitrariedade normativista, inclusive aquela que impõe uma norma de correção adventícia e absolutamente estranha à realidade linguística do país.

Fica evidente também que essa virulenta reação ao livro de português do MEC não se justifica como defesa de um ensino mais eficaz de língua portuguesa. Um modelo antiquado, que privilegia a imposição de formas linguísticas adventícias e/ou anacrônicas, está longe de ser o mais eficaz. Não é a correção de “assistir o espetáculo” por “assistir ao espetáculo” que vai fazer o aluno escrever melhor. Um ensino eficaz de língua materna incorpora a bagagem cultural do aluno, promovendo uma ampla prática de leitura e produção de textos nas mais variadas situações de comunicação, desenvolvendo também sua capacidade de reconhecer os diversos sentidos e valores ideológicos que a língua veicula em cada situação. Nesse ensino, é imprescindível promover a consciência acerca da diversidade linguística como reflexo inexorável da variedade cultural. E esta formação cidadã para o respeito à diferença não entra em contradição com o ensino da norma culta, que deve permanecer. O que está em jogo, na verdade, é a opção por um ensino discriminatório e arbitrário, baseado no preconceito e no dogma, ou por um ensino crítico e pluralista, baseado no conhecimento científico acumulado até os dias de hoje, como ocorre na física, na matemática, na geografia, etc. Por que se deve privar os alunos do conhecimento científico da língua, reduzindo a disciplina língua portuguesa a um mero curso de etiqueta gramatical?

Se o projeto purista venceu no século XIX, com as nefastas consequências que hoje se descortinam, resta saber se, no limiar do século XXI, a sociedade brasileira perpetuará o velho projeto arbitrário e conservador, ou encampará um projeto democrático e pluralista para o ensino de língua portuguesa, em consonância com que o corre em outros planos da cultura. Será que mais uma vez a língua restará isolada, como terreno do dogma e do preconceito?

Dante Lucchesi: Professor Associado de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia, Pesquisador 1-C do CNPq, autor do livro *Sistema, Mudança e Linguagem* (Parábola, 2004), organizador do livro *O Português Afro-Brasileiro* (EDUFBA, 2009) e Coordenador do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia (<http://www.vertentes.ufba.br/>).

Educação para o debate

Sérgio Fausto (IFHC), 29 de maio de 2011

Disseram que o livro *Por uma Vida Melhor* estaria autorizando o desrespeito generalizado às regras da concordância e abolindo a diferença entre o certo e o errado no emprego da língua portuguesa. Tudo isso com o beneplácito do MEC.

A celeuma ganhou os jornais nas últimas semanas. Foi motivada por um trecho no qual se afirma que o aluno pode dizer "os livro". Parece a senha para um vale-tudo na utilização da língua. Não é, mas assim foi lido.

Não conheço a autora nem sou educador, embora vínculos de família me tenham feito conviver com educadoras desde sempre. Escolhi comentar o caso não apenas porque se refere a um tema importante, mas também porque exemplifica um fenômeno frequente no debate público. Tão frequente quanto perigoso.

O procedimento consiste na desqualificação de ideias sem o mínimo esforço prévio de compreendê-las. Funciona assim: diante de mero indício de convicções contrárias às minhas, detectados em leitura de viés ou simples ouvir dizer, passo ao ataque para desmoralizar o argumento em questão e os seus autores. É a técnica de atirar primeiro e perguntar depois. A vítima é a qualidade do debate público.

Existem expressões, e mesmo palavras, que têm o condão de desencadear essa reação de ataque reflexo. Há setores da opinião pública para os quais a simples menção à privatização é motivo para levar a mão ao coldre. No caso em pauta, o gatilho da celeuma foi a expressão "preconceito linguístico" para qualificar a atitude de quem estigmatiza o "falar errado" da linguagem popular. Houve quem aventasse a hipótese de que o livro visasse à justificação oficial dos erros gramaticais do ex-presidente Lula. Um despropósito.

Dei-me ao trabalho de ler o capítulo de onde foram extraídas as "provas" do suposto crime contra a língua portuguesa. Chama-se *Escrever é diferente de falar*, título que já antecipa uma preocupação com o bom emprego da língua no registro formal, típico da escrita. São algumas páginas. Nada que um leitor treinado não possa enfrentar em cerca de 10 ou 15 minutos de leitura atenta. Se a fizer sem prevenção, constatará que o livro não aceita a sobreposição da linguagem oral sobre a linguagem escrita em qualquer circunstância, como chegou a ser escrito.

Ao contrário, no capítulo em questão, a autora busca justamente marcar a diferença entre a norma culta, indispensável na escrita formal, e as variantes populares da língua, admissíveis na linguagem oral. Não se exime ela do ensino das regras. Mas, em vez de recitá-las, vale-se da técnica da reescrita. Há uma seção particularmente interessante sobre o uso da pontuação. Vale a pena citar uma passagem: "(...) uma cuidadosa divisão em períodos é decisiva para a clareza dos textos escritos. A língua oral conta com gestos, expressões, entonação de voz, enquanto a língua escrita precisa contar com outros elementos. A pontuação é um deles".

Noves fora um certo ranço ideológico, aqui e ali, o livro é de bom nível. Trabalho de gente séria, que merece crédito. E um pouco mais de respeito. Fica o testemunho: a ONG responsável pela

obra tem entre seus dirigentes, se a memória não me trai, profissionais responsáveis, no passado, por um dos melhores cursos de Educação para Jovens e Adultos da cidade de São Paulo, o supletivo do Colégio Santa Cruz.

É justamente a esse público que o livro se dirige. Ele é formado por alunos que estão travando contato com a norma culta da língua mais tarde em sua vida. Nesse contato tardio, frequentemente se envergonham do seu falar. Emudecem. Reconhecer a legitimidade do repertório linguístico que carregam é condição para que possam aprender. Não se trata de proteger esse repertório das convenções da norma culta, para supostamente preservar a autenticidade da linguagem popular. Isso, sim, seria celebração da ignorância. E populismo. O livro não ingressa nesse terreno pantanoso.

O que está dito acima se aplica também às crianças quando iniciam o processo de alfabetização. Sabe-se que o primeiro contato com a norma culta da língua é crucial para o desempenho futuro do aluno como leitor e escritor. Sabe-se igualmente que a absorção da norma culta é um longo processo. O maior risco é o de bloqueá-lo logo ao início, marcando com o estigma do fracasso escolar os primeiros passos do aprendizado. No início dos anos 1980, mais de 60% dos alunos eram reprovados na primeira série do ensino fundamental, o que se refletia em altas taxas de evasão escolar. Embatucavam no contato com as primeiras letras (e as primeiras operações aritméticas). Melhoramos desde então? Sim, as taxas de repetência, defasagem idade/série e evasão escolar diminuíram. Parte da melhora se deve à adoção da progressão continuada, outra presa fácil da distorção deliberada, pois passível de ser confundida com a aprovação automática.

Não aprendemos, ainda, porém, como assegurar a qualidade desejada no aprendizado da língua. Mas há sinais de vida. O desempenho dos alunos em Português vem melhorando, em especial no primeiro ciclo do ensino fundamental, conforme indicam avaliações nacionais e internacionais, ainda que mais lentamente do que seria desejável e necessário. A verdade é que o desafio é enorme: não faz muitos anos que as portas da educação fundamental se abriram para todos e a escola passou a ter de ensinar ao "filho do pobre" - dezenas de milhões de crianças - a norma culta da língua, que seus pais não dominam.

Há muita discussão e aprendizado a serem feitos para vencer esse desafio. É ótimo que todos queiram participar. Mas é preciso educar-se para o debate. Isso implica desde logo dar-se ao trabalho de conhecer o tema em pauta e ter a disposição de entender o ponto de vista alheio antes de desqualificá-lo. Sem querer ser pedante, é o que dizia Voltaire, séculos atrás: "Aprendi a respeitar as ideias alheias, a compreender antes de discutir, a discutir antes de condenar". Todo mundo ganha com isso.

DIRETOR EXECUTIVO DO IFHC, É MEMBRO DO GACINT-USP

Alquimia poética e utopia

Silviano Santiago, 28/05/2011

São admiráveis estes quatro versos de Fernando Pessoa: "O poeta é um fingidor, / finge tão completamente / que chega a fingir que é dor / a dor que deveras sente". O paradoxo desconfia da lógica da razão e diz que, ao mascarar a dor autenticamente sentida com o fingimento poético, a voz do poeta se cola à verdade. Esta não tem o percurso pavimentado pela espontaneidade do sujeito e, sim, pela sua predisposição salutar ao fingimento retórico, que escreve a boa poesia. Ao divergir do senso comum, o poeta distorce a emoção da dor sentida para guardá-la no coração e fingi-la com letras na página em branco. Ali a sente mais realisticamente, revela-a e a transmite ao leitor. Alquimia da arte.

O escritor modernista brasileiro também tem o fingimento como alicerce da poesia. No entanto, de Fernando Pessoa se distancia por colocar como epicentro da escrita poética não a distorção da dor sentida, mas a desconfiança em relação ao nível de exigência formal requerido do adulto no uso da língua nacional e da linguagem poética. Em rebeldia contra o saber escolar que o constituiu como cidadão e contra a tradição literária eurocêntrica que o constituía como artista da palavra, o modernista finge observar o mundo com olhos de criança e finge imitá-la na redação. Contraditória e autenticamente, estaria escrevendo poesia de e para cidadão adulto brasileiro. Leia-se o livro *Primeiro Caderno do Alumno de Poesia Oswald de Andrade* (1927), ou entenda-se a docência às avessas no poema 3 de Maio: "Aprendi com meu filho de dez anos / Que a poesia é a descoberta / Das coisas que nunca vi".

Ao distorcer o saber proporcionado pela formação educacional em vigor e ao rejeitar o ouvido poético afinado pela métrica e a rima, ao fingir-se de criança e escrever como ela, o poema modernista se cola ao autenticamente pensado e vivido. O fingimento evita que a escrita poética caia em outro e nefasto sistema de fingimento - o do artista comprometido com o artesanato de ourives e o da retórica, com a estética parnasiana.

O caderno do aluno Oswald não se assemelha ao carnê em que o viajante europeu anotou observações e pensamentos à espera da versão apurada e definitiva. Tampouco é metáfora para versos que traduzem a experiência subjetiva da desigualdade negra sentida pelo martinicano Aimé Césaire em terras metropolitanas (*Cahier d'Un Retour au Pays Natal*, 1939). O caderno escolar de Oswald tem em comum com os dois exemplos o trato com o desconhecido, que se expressa pelo desejo de "ver com olhos livres" e de sentir a "alegria dos que não sabem e descobrem" (como está no Manifesto da poesia pau-brasil). Bem acabada, a linguagem poética do caderno de Oswald é, no entanto, mal torneada por ser fingidamente inocente e ingênua, decidida a desconcertar o leitor pela varinha de condão do humor e da surpresa. O poeta não está onde você acredita que ele deveria estar.

O poema se arrisca quando acopla ao artista da palavra a voz crítica do intelectual. Unidos, escancaram em escrita o jogo político-social e econômico dominante na jovem nação. O povo brasileiro abre alas na poesia e pede passagem. Pelo seu tosco e autêntico modo de sentir e de pensar e pelo seu linguajar precário, é semelhante à criança. Um denominador comum sela o encontro - "a contribuição milionária de todos os erros". O dado e tido como certo para o Brasil é errado. O dado e tido como errado é certo. O adulto poeta finge ser criança e o intelectual maduro finge ser povo. Ao apadrinhar (to patronise, em inglês) criança e povo, o poema se quer

força de resgate da nova geração e da nova cidadania. Desenha utopias verde-amarelas. O paradoxo poético de Pessoa se expressa pelo erro correto, moeda que, desvalorizada pelo senso comum europeizado, financia a futura e boa cidadania brasileira. Leia-se Pronominais: "Dê-me um cigarro / Diz a gramática / Do professor e do aluno / E do mulato sabido / Mas o bom negro e o bom branco / Da Nação Brasileira / Dizem todos os dias / Deixa disso camarada / Me dá um cigarro".

No cenário poético da infância, Manuel Bandeira sobrepõe ao erro correto o sabor e o saber da experiência proporcionada ao cidadão brasileiro pelo linguajar do povo. Lê-se na Evocação do Recife: "A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros / Vinha da boca do povo na língua errada do povo / Língua certa do povo / Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil". Na mesma cena infantil do sabor/saber popular, Carlos Drummond afina pelo afeto a voz da empregada doméstica e, acertada e contraditoriamente, a situa em etnia e classe diferentes. Leiamos trecho do poema intitulado Infância: "No meio-dia branco de luz uma voz que aprendeu / A ninar nos longes da senzala - e nunca se esquece / Chamava para o café. / Café preto que nem a preta velha / Café gostoso / Café bom".

Em todos os poemas citados a (quase total) ausência de pontuação reitera a necessidade de a sintaxe modernista ser fonética. Em Pontuação e Poesia, Drummond observa: "A pontuação regular, iluminando igualmente todos os ângulos da superfície poética, impede que se destaque algum de seus acidentes mais característicos". Em outro texto da época, Drummond afirma que "o preconceituoso procura o acessório, que não interessa e foi removido".

A alquimia poética do Modernismo é nitidamente pós-colonial, fingida e realisticamente utópica. Deveria ter sido relegada à década de 1920 em virtude das várias etapas de modernização política, social e econômica por que passou a nação brasileira depois dos anos 1930. A polêmica em torno do livro *Por Uma Vida Melhor*, de Heloísa Ramos, demonstra que, no Brasil, a educação das massas ainda é uma utopia verde-amarela. Diz o mundo e lamenta o projeto do pré-sal.

Por que toda essa celeuma referente à inclusão de tópicos de variação linguística em livro didático?

Stella Maris Bortoni-Ricardo (UnB)

Eu poderia, como Shakespeare, dizer que se trata de muito barulho por nada, mas prefiro me ater a analisar o ‘barulho’. Nunca os órgãos de imprensa, inclusive os mais poderosos, dedicaram tanto espaço para discutir um conteúdo de livro didático, como aconteceu nas últimas semanas em relação ao tratamento de regras linguísticas variáveis em livro destinado à educação de jovens e adultos. Não me deterei nos fatos, sobejamente conhecidos. Observo apenas que, por um lado, tivemos jornalistas ilustres criticando veementemente o tratamento que o livro deu às variantes de regras de concordância nominal e verbal, com o objetivo de ensinar que há diferenças entre as modalidades oral e escrita da língua. Argumentavam os jornalistas que a escola estaria fugindo a sua função precípua, que é ensinar alunos de todos os estratos sociais a usar com competência a nossa língua materna. Gostaria de incluir aqui a refutação a essa interpretação equivocada da imprensa, mas resisto à tentação e deixo isso para um próximo texto.

Por outro lado, tivemos manifestações esmeradas de linguistas nacionais, inclusive da Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN, mostrando que toda a Linguística brasileira está comprometida com o ensino competente da língua portuguesa nas escolas. Retomarei também esse ponto em breve.

O que quero agora é refletir sobre o impacto que fatos, geralmente circunscritos à atenção apenas de professores e dos responsáveis pelas políticas públicas de educação, tiveram sobre a sociedade, a julgar pela importância que a grande imprensa lhes conferiu. É possível também que, ao pautar a matéria, a mídia tivesse intenções políticas, mas deixo essa análise aos especialistas em política. Restrinjo-me ao acervo de conhecimentos acumulados na área de Sociolinguística, com os quais convivo há mais de 30 anos.

Um conceito seminal na Sociolinguística, que preside a toda a contribuição que essa disciplina tem feito à Educação é o de competência comunicativa, avançado por Dell Hymes em 1967 e retomado em 1972. Para sua postulação, esse sociolinguista de formação antropológica buscou subsídios na teoria sintática de Noam Chomsky e na antropologia funcionalista de Ward H. Goodenough [1]. Caudatária dessas duas influências, a competência comunicativa de Hymes tem na adequação dos atos de fala seu principal componente, ou seja, um ato de fala é adequado se atende às exigências do contexto em que é produzido e, principalmente, se leva em conta as expectativas do ouvinte. Assim posta, a adequação que é parte essencial da competência comunicativa emana diretamente da definição que Goodenough fornece para cultura: “a cultura de uma sociedade consiste de tudo aquilo que as pessoas têm de conhecer e tudo em que têm de acreditar a fim de operarem de uma maneira aceitável pelos membros dessa sociedade”. Ele vai além, ao associar cultura aos modelos que as pessoas têm em mente para perceber, relacionar e interpretar o que as cerca. A aceitabilidade, Goodenough enfatiza, depende ainda em grande parte de critérios estéticos, que alguns cientistas denominam “elegância”.

A noção de aceitabilidade, coletiva, como propõe o antropólogo, nos ajuda muito a entender como nas sociedades que desenvolveram a escrita, a literatura e as tecnologias elegem uma determinada variedade linguística como a mais correta, mais lógica, mais desejável, em detrimento das demais. Essa escolha não é aleatória, depende de fatores sócio-históricos e está intimamente associada ao prestígio dos usuários de cada variedade.

No começo do século XX, o Círculo Linguístico de Praga dedicou atenção ao processo de padronização das línguas, que as transforma em línguas nacionais de uso suprarregional. Enfatizava o Círculo dois componentes desse processo: a padronização, via elaboração de

gramáticas, construção de dicionários, fundação de academias de belas letras, e a legitimação, que consiste no apreço que os falantes têm pela variedade padronizada e no valor que lhe conferem.

No caso do nosso português, a variedade de prestígio, usada na literatura, na burocracia estatal e no culto religioso, chegou nas caravelas. A língua lusitana já estava em processo de padronização quando seus usuários chegaram ao Novo Mundo. Desde então, vem sendo cultuada e reverenciada e se transformou no principal passaporte para a ascensão social em um país de mestiços, ansiosos por se assemelharem aos europeus.

O que assistimos nas últimas semanas foi à manifestação desse apreço pela língua padronizada, temperado pelo temor (naturalmente infundado) de que pudéssemos perder um patrimônio linguístico cultivado nos cinco séculos de nossa curta história e nos séculos que a antecederam, na Península Ibérica. Quando os jornalistas bradam contra a teoria sociolinguística que recomenda a discussão na escola dos nossos modos de falar e de escrever, estão ecoando valores muito arraigados. Nós, os sociolinguistas, que por obrigação de ofício, temos de nos ater aos princípios em que nos formamos e nos deter em análises de cunho científico, devemos encontrar o tom certo do discurso para explicar à sociedade e aos seus porta-vozes que nós brasileiros somos uma comunidade de fala marcada por ampla heterogeneidade. Temos de convencê-los de que a descrição da variação linguística ajuda a coibir a discriminação odiosa contra os falantes das variedades de pouco prestígio e, mais que tudo, facilita, aos nossos alunos, a aprendizagem dos modos prestigiosos de falar e de escrever indispensáveis à vida urbana, plasmada pela cultura letrada.

Desinformação e desrespeito na mídia brasileira

Por alguma razão escondida dentro de cada um de nós que escrevemos esse texto tivemos como escolha profissional o ensino de língua (materna ou estrangeira). Por algum motivo desconhecido, resolvemos abraçar uma das profissões mais mal pagas do nosso país. Não quisemos nos tornar médicos, advogados ou jornalistas. Quisemos virar professores. E para fazê-lo, tivemos que estudar.

Estudar, para alguém que quer ensinar, tem uma dimensão profunda. Foi estudando que abandonamos muitas visões simplistas do mundo e muito dos nossos preconceitos.

Durante anos debatemos a condição da educação no Brasil; cotidianamente aprofundamo-nos sobre a realidade do país e sobre uma das expressões culturais mais íntimas de seus habitantes: a sua língua. Em várias dessas discussões utilizamos reportagens, notícias, ou fatos trazidos pelos jornais.

Crescemos ouvindo que jovem não lê jornal e que a cada dia o brasileiro lê menos. A julgar por nosso cotidiano, isso não é verdade. Tanto é que muitos de nós, já indignados com o tratamento dado pelo *Jornal Nacional* à questão do material *Por uma vida melhor*, perdemos o domingo ao, pela manhã, lermos as palavras de um dos mais respeitados jornalistas do país criticando, na *Folha de S. Paulo*, a valorização dada pelo material ao ensino das diferentes possibilidades do falar brasileiro. E ficamos ainda mais indignados durante a semana com tantas reportagens e artigos de opinião cheios de ideias equivocadas, ofensivas, violentas e irresponsáveis. Lemos textos assim também no *Estado de São Paulo* e nas revistas semanais *Veja* e *IstoÉ*.

Vimos o *Jornal Nacional* colocar uma das autoras do material em posição humilhante de ter que se justificar por ter conseguido fazer uma transposição didática de um assunto já debatido há tempos pelos grandes nomes da Linguística do país – nossos mestres, aliás. O jornalista Clovis Rossi afirmou que a língua que ele julga correta é uma “*evolução para que as pessoas pudessem se comunicar de uma maneira que umas entendam perfeitamente as outras*” e que os professores têm o baixo salário justificado por “preguiça de ensinar”. Uma semana depois, vimos Amauri Segalla e Bruna Cavalcanti narrarem um drama em que um aluno teria aprendido uma construção errada de sua língua, e afirmarem que o material “*vai condenar esses jovens a uma escuridão cultural sem precedentes*”. Também esses dois últimos jornalistas tentam negar a voz contrária aos seus julgamentos, dizendo que pouquíssimos foram os que se manifestaram, e que as ideias expressas no material podem ter sucesso somente entre alguns professores “mais moderninhos”. Já no *Estado de São Paulo* vimos um economista fazendo represálias brutais a esse material didático. Acreditamos que o senhor Sardenberg entenda muito sobre jornalismo e economia, porém fica nítida a fragilidade de suas concepções sobre ensino da língua. A mesma desinformação e irresponsabilidade revelou o cineasta Arnaldo Jabor, em seu violento comentário na rádio CBN.

Ficamos todos perplexos pela falta de informação desses jornalistas, pela inversão de realidade a que procederam, e, sobretudo, pelo preconceito que despejaram sem pudor sobre seus espectadores, ouvintes e leitores, alimentando uma visão reduzida ao senso comum equivocado quanto ao ensino da língua. A versão trazida pelos jornais sobre a defesa do “erro” em livros didáticos, e mais especificamente no livro *Por uma vida melhor*, é uma ofensa a todo trabalho desenvolvido pelos linguistas e educadores de nosso país no que diz respeito ao ensino de Língua Portuguesa.

A pergunta inquietante que tivemos foi: será que esses jornalistas ao menos se deram o trabalho de ler ou meramente consultar o referido livro didático antes de tornar públicas tão caluniosas opiniões? Sabemos que não. Pois, se o tivessem feito, veriam que tal livro de forma alguma defende o ato de falar “errado”, mas sim busca desmistificar a noção de erro,

substituindo-a pela de adequação/inadequação. Isso porque, a Linguística, bem como qualquer outra ciência humana, não pode admitir a superioridade de uma expressão cultural sobre outra. Ao dizer que a população com baixo grau de escolaridade fala “errado”, o que está-se dizendo é que a expressão cultural da maior parte da população brasileira é errada, ou inferior à das classes dominantes. Isso não pode ser concebido, nem publicado deliberadamente como foi nos meios de comunicação. É esse ensinamento básico que o material propõe, didaticamente, aos alunos que participam da Educação de Jovens e Adultos. Mais apropriado, impossível. Paulo Freire ficaria orgulhoso. Os jornalistas, porém, condenam.

Sabemos que os veículos de comunicação possuem uma influência poderosa sobre a visão de mundo das pessoas, atuam como formadores de opinião, por isso consideramos um retrocesso estigmatizar certos usos da língua e, com isso, o trabalho de profissionais que, todos os dias, estão em sala de aula tentando ir além do que a mera repetição dos exercícios gramaticais mecânicos, chamando atenção para o caráter

multifacetado e plural do português brasileiro e sua relação intrínseca com os mais diversos contextos sociais.

A preocupação dos senhores jornalistas, porém, ainda é comum. Na base de suas críticas aparecem, sobretudo, o medo da escola não cumprir com seu papel de ensinar a norma culta aos falantes. Entretanto, se tivessem lido o referido material, esse medo teria facilmente se esvaído. Como todo linguista contemporâneo, os autores deixam claro, na página 12, que *“Como a linguagem possibilita acesso a muitas situações sociais, a escola deve se preocupar em apresentar a norma culta aos estudantes, para que eles tenham mais uma variedade à sua disposição, a fim de empregá-la quando for necessário”*. Dessa forma, sem deixar de valorizar a norma escrita culta – necessária para atuar nas esferas profissional e cultural, e logo, determinante para a ascensão econômica e social de seus usuários, embora não suficiente – o material consegue promover o debate sobre a diversidade linguística brasileira. Esse feito, do ponto de vista de todos que produzimos e utilizamos materiais didáticos, é fundamental. Sobre os conteúdos errôneos que foram publicados pelos jornais e revistas, foi possível ver que, após uma semana, as respostas dadas pelos educadores, estudiosos da linguagem e, sobretudo, da variação linguística, já foram bastante elucidativas para informar esses profissionais do jornalismo. Infelizmente alguns jornalistas não os leram. Mas ainda dá tempo de aprender com esses textos. Leiam as respostas de linguistas tais como Luis Carlos Cagliari, Marcos Bagno, Carlos Alberto Faraco, Sírio Possenti, e de educadores tais como Maria Alice Setubal e Maurício Ernica, entre outros, publicadas em diversas fontes, como elucidativas e representativas do que temos a dizer. Aliás, muito nos orgulha a paciência desses autores – foram verdadeiras aulas para alunos que parecem ter que começar do zero. Admirável foram essas respostas calmas, respeitadas e informativas, verdadeiras lições de Linguística, de Educação - e de atitude cidadã, diga-se de passagem - para “formadores de opinião” que, sem o domínio do assunto, resolveram palpitar, julgar e até incriminar práticas e as ideias solidamente construídas em pesquisas científicas sobre a língua ao longo de toda a vida acadêmica de vários intelectuais brasileiros respeitados, ideias essas que começam, aos poucos, a chegar à realidade das escolas. Ao final de anos de luta para podermos virar professores, ao invés de vermos nossos pensadores, acadêmicos, e professores valorizados, vimos a humilhação violenta que eles sofreram. Vimos, com isso, a humilhação que a academia e que os estudos sérios e profundos podem sofrer pela mídia desavisada (ou maldosa). O poder da mídia foi assustador. Para os alunos mais dispersos, algumas concepções que levaram anos para serem construídas foram quebradas em instantes. Felizmente, esses são poucos. Para grande parte de nossos colegas estudantes de Letras o que aconteceu foi um descontentamento geral e uma descrença coletiva nos meios de comunicação.

A descrença na profissão de professor, que era a mais provável de ocorrer após tamanha violência e irresponsabilidade da mídia, essa não aconteceu – somente por conta daquele nosso motivo interno ao qual nos referimos antes. Nossa crença de que a educação é a solução de muitos problemas – como esse, por exemplo – e que é uma das profissões mais satisfatórias do mundo continua firme. Sabemos que vamos receber baixos salários, que nossa rotina será mais complicada do que a de muitos outros profissionais, e de todas as outras dificuldades que todos sabem que um professor enfrenta. O que não sabíamos é que não tínhamos o apoio da mídia, e que, pior que isso, ela se voltaria contra nós, dizendo que o baixo salário está justificado, e que não podemos reclamar porque não cumprimos nosso dever direito.

Gostaríamos de deixar claro que não, ensinar gramática tradicional não é difícil. Não temos preguiça disso. Facilmente podemos ler a respeito da questão da colocação pronominal, passar na lousa como os pronomes devem ser usados e dizer para o aluno que está errado dizer “me dá uma borracha”. Isso é muito simples de fazer. Tão simples que os senhores jornalistas, que não são professores, já corrigiram o material *Por uma vida melhor* sobre a questão do plural dos

substantivos. Não precisa ser professor para fazer isso. Dizer o que está errado, aliás, é o que muitos fazem de melhor.

Difícil, sabemos, é ter professores formados para conseguir promover, simultaneamente, o debate e o ensino do uso dos diversos recursos linguísticos e expressivos do português brasileiro que sejam adequados às diferentes situações de comunicação e próprios dos inúmeros gêneros do discurso orais e escritos que utilizamos. Esse professor deve ter muito conhecimento sobre a linguagem e sobre a língua, nas suas dimensões linguísticas, textuais e discursivas, sobre o povo que a usa, sobre as diferentes regiões do nosso país, e sobre as relações intrínsecas entre linguagem e cultura.

Esse professor deve ter a cabeça aberta o suficiente para saber que nenhuma forma de usar a língua é “superior” a outra, mas que há situações que exigem uma aproximação maior da norma culta e outras em que isso não é necessário; que o “correto” não é falar apenas como paulistas e cariocas, usando o *globês*; que nenhum aluno pode sair da escola achando que fala “melhor” que outro, mas sim ciente da necessidade de escolher a forma mais adequada de usar a língua conforme exige a situação e, é claro, com o domínio da norma culta para as ocasiões em que ela é requerida. Esse professor tem que ter noções sobre identidade e alteridade, tem que valorizar o outro, a diferença, e respeitar o que conhece e o que não conhece.

Também esse professor tem que ter muito orgulho de ser brasileiro: é ele que vai dizer ao garoto, ao ensinar o uso adequado da língua nas situações formais e públicas de comunicação, que não é porque a mãe desse garoto não usa esse tipo de variedade linguística, a norma culta, não conjuga os verbos, nem usa o plural de acordo com uma gramática pautada no português europeu, que ela é ignorante ou não sabe pensar. Ele vai dizer ao garoto que ele não precisa se envergonhar de sua mãe só porque aprendeu outras formas de usar o português na escola, e ela não. Ele vai ensinar o garoto a valorizar os falares regionais, e ser orgulhoso de sua família, de sua cultura, de sua região de origem, de seu país e das diferenças que existem dentro dele e, ao mesmo tempo, a ampliar, pelo domínio da norma culta, as suas possibilidades de participação na sociedade e na cultura letrada. O Brasil precisa justamente desse professor que esses jornalistas tanto incriminaram.

Formar um professor com esse potencial é o que fazem muitos dos intelectuais que foram ofendidos. Para eles, pedimos que esses jornalistas se desculpem. E os agradeçam. E, sobretudo, antes de os julgarem novamente, leiam suas publicações. Ironicamente, pedimos para a mídia se informar.

Nós somos a primeira turma a entrar no mercado de trabalho após esse triste ocorrido da imprensa. Somos muito conscientes da luta que temos pela frente e das possibilidades de mudança que nosso trabalho promove. Para isso, estudamos e trabalhamos duro durante anos. A nós, pedimos também que se desculpem. E esperamos que um dia possam nos agradecer. Reafirmamos a necessidade de os veículos de comunicação respeitarem os nossos objetos de estudo e trabalho — a linguagem e o língua portuguesa usada no Brasil —, pois muitos estudantes e profissionais de outras áreas podem não perceber tamanha desinformação e manipulação irresponsável de informação, e podem vir a reproduzir tais concepções simplistas e equivocadas sobre a realidade da língua em uso, fomentando com isso preconceitos difíceis de serem extintos.

Sabemos que sozinhos os professores não mudam o mundo. Como disse a Professora Amanda Gurgel, em audiência pública no Rio Grande do Norte, não podemos salvar o país apenas com um giz e uma lousa. Precisamos de ajuda. Uma das maiores ajudas com as quais contamos é a dos jornalistas. Pedimos que procurem conhecer as teorias atuais da Educação, do ensino de língua portuguesa e da prática que vem sendo proposta cotidianamente no Brasil. Pedimos que leiam muito, informem-se. Visitem escolas públicas e particulares antes de se proporem a emitir opinião sobre o que deve ser feito lá. Promovam acima de tudo o debate de ideias e não procedam à condenação sumária de autores e obras que mal leram. Critiquem as assessorias

internacionais que são contratadas reiteradamente. Incentivem o profissional da educação. E nunca mais tratem os professores como trataram dessa vez. O poder de vocês é muito grande – a responsabilidade para usá-lo deve ser também.

Alecsandro Diniz Garcia, Ana Amália Alves da Silva, Ana Lúcia Ferreira Alves, Anderson Mizael, Jeferson Cipriano de Araújo, Laerte Centini Neto, Larissa Arrais, Larissa C. Martins, Laura Baggio, Lívia Oyagi, Lucas Grosso, Maria Laura Gándara Junqueira Parreira, Maria Vitória Paula Munhoz, Nathalia Melati, Nayara Moreira Santos, Sabrina Alvarenga de Souza e Yuki Agari Jorgensen Ramos – formandos 2011 em Letras da PUC-SP, futuros professores de Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

Um Elogio AO ERRO (Entre aspas)

Arnaldo Bloch e Hugo Sukman, 28/05/2011

Na literatura, na linguística, na pedagogia, no teatro, na música, no latim, na Bíblia, normas culta e inculta, faladas e escritas, já fizeram as pazes há muito tempo.

A questão já estava resolvida pela literatura, pelo povo e pela ciência linguística. De repente, chegou o famigerado LIVRO DO MEC (“Por uma vida melhor”, para turmas de alunos jovens e adultos que retornam à sala de aula) e acordou o fantasma adormecido. Sua autora, Heloísa Ramos, usou um approach (como se diz em português...) ideológico e exemplos antiestéticos para, contudo, apenas repetir o consagrado e ululante: há diferenças entre a língua falada e a língua escrita; ambas se intercomunicam, negam-se ou convergem; essa dinâmica se reflete na vida em sociedade; o errado de hoje pode ser o certo de amanhã; não é proibido pelo Código Penal falar ou escrever o que quer que seja; mas há uma norma culta a seguir, cujos efeitos para quem não a conhece nem utiliza podem ser fatais numa entrevista de emprego, numa prova, na vida.

Isso em alguns parágrafos. Pois, no restante, dedica-se a ensinar que, em sala de aula, a norma culta é a norma e ponto final. Sociolinguistas como Sílvio Possenti, da Unicamp, consideram o livro até conservador por insistir demais nisso. No Manifesto Pau Brasil, de 1922, marco do modernismo, **Oswald de Andrade** proclama: “Uma língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica.

A contribuição milionária de todos os erros”. O modernismo, aliás, do qual **NELSON RODRIGUES** é um prócer, é isso: a incorporação do atual, do cotidiano, da fala da rua. Nessa linha Nelson explicava o porquê da modernidade da peça “Vestido de noiva”.

'Meu teatro trouxe a língua da rua, do botequim para os palcos até então lisboetas do Brasil' Isso, no nosso mundo neolatino, vem pelo menos desde São Jerônimo, com a sua Vulgata, a primeira versão em latim da Bíblia, que usa o falar cotidiano de Roma e das províncias latinizadas, pois ninguém entendia o latim culto, elegante, de Cícero. Nesse processo, o bom Jerônimo é obrigado a criar, na língua escrita, cerca de 600 neologismos no livro que seria base não apenas da propagação da fé cristã (antes coisa de doutor) como de todas as línguas neolatinas. A Bíblia de Gutenberg é uma versão revisada da Vulgata. Ou seja, as línguas neolatinas — como o português — já são degenerescências do latim, são latim “errado”, línguas do vulgo, da gentilha, da ralé. O que não é nenhuma vergonha, muito pelo contrário: é motivo de orgulho! Pelo menos para o velho **BILAC**, o Olavo: o homem que de trato tão refinado com a língua invejava o ourives quando escrevia:

'Última flor do Lácio, inculta e bela' Dissecando o citadíssimo verso de Bilac: “Última”, a mais jovem (rebelde?) ou mais remota (a mais distante do Lácio, rumo ao Ocidente, a partir de Portugal e derraman-se literalmente no mar); “flor do Lácio”, a filha bastarda, degenerada, do latim; “inculta”, popular, torta, vadia por natureza; e, mesmo assim, ou pour cause, bela. Como uma língua definida dessa forma pelo seu esteta supremo, severo devoto do Parnaso, pode almejar ou mesmo admitir ser dominada apenas por uma norma culta? Nessa esteira, os paradoxos vão desfilando com um jeito de piada, num cordel surrealista.

Machado de Assis, por exemplo, usa “o pessoal gostaram”. Está na norma culta, mas, por soar errado, não faltarão pretensiosos desavisados achando que é erro. A literatura e a música brasileiras sempre trataram essa questão de maneira rica e divertida, com toda a delicadeza que a língua portuguesa, nossa pátria (no grande achado de Pessoa), merece. Nessa seara, o Brasil já resolveu esse dilema entre a norma culta e as variantes há tempos. NOEL ROSA

ensinou: **'Mulata vou contá as minhas mágoa/Meu amô não tem erre/Mas é amô debaixo d'água'**

As críticas ao livro e a reação às críticas ressuscitaram uma dicotomia certo errado que já estava enterrada também pela pedagogia: há 150 anos praticamente toda ela, de Piaget a Freinet ou Paulo Freire, gira em torno da ideia de que não se podem desprezar os saberes de cada indivíduo que entra em sala de aula. O analfabeto no caixa do armazém pode não ter ido à escola, não saber escrever, mas ele se comunica. E seguramente sabe matemática. Isso não pode ser desprezado, como se ele estivesse começando do zero. E certas particularidades de seu raciocínio adquirido no armazém serão, eventualmente, também aprendidas pelo professor e compartilhadas. PAULO FREIRE, o educador por excelência, dizia: **'Um mestre é aquela pessoa que, de repente, aprende'**

O debate que envolve, além dos jornais e dos linguistas, também juristas, políticos e artistas ampliou-se, mas deixou a impressão de que se resumiu aos espectros esquerdadireita/ pobres-ricos/elites-povo, noção já superada há muito tempo pelos mais aguerridos defensores da língua. O modernista de direita MANUEL BANDEIRA, por exemplo, exalta todas as palavras, “sobretudo os barbarismos universais”, enquanto o modernista de esquerda OSWALD DE ANDRADE observa: **'Dê-me um cigarro, diz a gramática/do professor e do aluno/e do mulato**

sabido/mas o bom negro e o bom branco/da nação brasileira/dizem todos os dias/deixa disso, camarada/me dá um cigarro'

O grande CARTOLA foi até ridicularizado quando escreveu, no lindo samba “Fiz por você o que pude”:

'Perdoa me a comparação/Mas fiz uma transfusão/Eis que Jesus me premeia/Surge outro compositor/Jovem de grande valor/Com o mesmo

sangue na veia' O premeia, no lugar do convencional “premia”, era um artifício do poeta para a rima com veia, claro. Mas o compositor que escrevia versos como “queixo-me às rosas” (com todas as ênclises e crases devidas) foi contrariado pelos cultos de plantão. Ele insistia, contudo, no premeia, dizendo que estava certo, e assim gravou e consagrou a música, para deboche geral em relação ao “erro”. E não é que mais tarde estudiosos encontram o premeia em texto de ninguém menos do que PADRE ANTÔNIO VIEIRA, um dos maiores criadores da língua portuguesa?

'Assim castiga, ou premeia Deus'

Na última mudança ortográfica a palavra consta com essa variante, por ser usada em vários países que falam a língua de Camões. Ou seja, tentaram usar a norma culta para mudar Cartola, mas seu verso sobreviveu, corroborado por Vieira e pela língua falada. É claro que a norma culta confere poder e deve ser “distribuída” democraticamente para que todos tenham as mesmas oportunidades. Mas, a depender de como isso é feito e de o quanto se têm em conta os diversos falares, os efeitos colaterais podem ser graves e derivar para uma Síndrome de LADY KATE, personagem interpretada pela genial Katiuscia Canoro: na certeza de “falar errado”, ela tenta falar certo e acaba misturando os canais. O resultado é o bordão:

'Grana eu tenho, só me falta-me o glamour'

As histórias “bem contadas” que o cineasta Eduardo Coutinho foi buscar no sertão paraibano para fazer “O fim e o princípio” (2005) são narrativas de velhos analfabetos, bem construídas e até cultas (no sentido não só de seguir regras análogas à norma, mas da harmonia advinda da invenção poética da tradição oral). Além disso, a não consciência do erro e o isolamento dos meios urbanos “educados” produzem, nesses indivíduos, uma verve e uma segurança que afetam a expressividade do discurso. Em contrapartida, tem muito bacharel por aí (ops, Drummond, tinha uma pedra no meio do caminho...), que, do alto de seu nível superior, fala português confuso, escreve errado e tem dificuldades de compreender um raciocínio mais complexo. Alheio a isso, desde o século retrasado o povo brasileiro resiste a fazer o plural

aparentemente correto para o “real” quando ele é moeda. Antes era o mil “réis”, e agora o dez real, o cem real, assim mesmo, sem concordância. O real, para o brasileiro, só é plural quando significa novas realidades possíveis, realidades alternativas, reais, enfim.

Afinal, como dizia GUIMARÃES ROSA, que inventou o que já fora desinventado,

'O senhor sabe: pão ou pães é uma questão de opiniões.'

Nessa discussão puramente ideológica, desconfiou-se de que o MEC quisesse impingir aos pobres alunos uma gramática, digamos, lulista. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva decerto é um grande e inventivo orador, não há dúvida, e na sua fala até resgata vocábulos populares esquecidos, como maracutaia. Isso, é claro, não dá direito a Lula de menosprezar a educação formal, como fez (e faz) diversas vezes. Mas seus “erros” de português também não dão aos seus detratores o argumento para desqualificação do seu discurso. O medo do vulgar e do errado mesmo quando ele é porta-voz de boa expressão tem na anedota que segue uma mostra de como pode atingir e devastar mesmo o texto correto. Pois consta que uma das esposas de VINICIUS DE MORAIS implicou com os “beijinhos” e os “peixinhos” de “Chega de saudade”, achando-os por demais pedestres. “Pô, Vinicius, beijinho e peixinho é demais...” Um dos maiores sonetistas da língua brasileira se deu ao trabalho de responder à patrulha:

— **Ah, deixa de ser sofisticada...** Resultado: nasceu uma peça revolucionária, das mais radicais da arte brasileira, transformadora de toda a forma de fazer letra e música, sem deixar de ser extremamente popular, no sentido da criação e no da difusão. A vulgar “Chega de saudade” é hoje um clássico. Vejam que coisa.

Notas públicas da Ação Educativa

Posicionamento institucional da Ação Educativa sobre a polêmica envolvendo livro distribuído pelo MEC.

Uma frase retirada da obra *Por uma vida melhor*, cuja responsabilidade pedagógica é da Ação Educativa, vem gerando enorme repercussão na mídia. A obra é destinada à Educação de Jovens e Adultos, modalidade que, pela primeira vez neste ano, teve a oportunidade de receber livros do Programa Nacional do Livro Didático. Por meio dele, o Ministério da Educação promove a avaliação de dezenas de obras apresentadas por editoras, submete-as à avaliação de especialistas e depois oferece as aprovadas para que secretarias de educação e professores façam suas escolhas.

O trecho que gerou tantas polêmicas faz parte do capítulo “Escrever é diferente de falar”. No tópico denominado “concordância entre palavras”, os autores discutem a existência de variedades do português falado que admitem que substantivo e adjetivo não sejam flexionados para concordar com um artigo no plural. Na mesma página, os autores completam a explanação: “na norma culta, o verbo concorda, ao mesmo tempo, em número (singular – plural) e em pessoa (1ª – 2ª – 3ª) com o ser envolvido na ação que ele indica”. Afirmam também: “a norma culta existe tanto na linguagem escrita como na oral, ou seja, quando escrevemos um bilhete a um amigo, podemos ser informais, porém, quando escrevemos um requerimento, por exemplo, devemos ser formais, utilizando a norma culta”.

Pode-se constatar, portanto, que os autores não estão se furtando a ensinar a norma culta, apenas indicam que existem outras variedades diferentes dessa. A abordagem é adequada, pois diversos especialistas em ensino de língua, assim como as orientações oficiais para a área, afirmam que tomar consciência da variante linguística que se usa e entender como a sociedade valoriza desigualmente as diferentes variantes pode ajudar na apropriação da norma culta. Uma escola democrática deve ensinar as regras gramaticais a todos os alunos sem menosprezar a cultura em que estão inseridos e sem destituir a língua que falam de sua gramática, ainda que esta não esteja codificada por escrito nem seja socialmente prestigiada. Defendemos a abordagem da obra por considerar que cabe à escola ensinar regras, mas sua função mais nobre é disseminar conhecimentos científicos e senso crítico, para que as pessoas possam saber por que e quando usá-las.

O debate público é fundamental para promover a qualidade e equidade na educação. É preciso, entretanto, tomar cuidado com a divulgação de matérias com intuítos políticos pouco educativos e afirmações desrespeitosas em relação aos educadores. A Ação Educativa está disposta a promover um debate qualificado que possa efetivamente resultar em democratização da educação e da cultura. Vale lembrar que polêmicas como essa ocupam a imprensa desde que o Modernismo brasileiro em 1922 incorporou a linguagem popular à literatura. Felizmente, desde então, o país mudou bastante. Muitas pessoas têm consciência de que não se deve discriminar ninguém pela forma como fala ou pelo lugar de onde veio. Tais mudanças são possíveis, sem dúvida, porque cada vez mais brasileiros podem ir à escola tanto para aprender regras como para desenvolver o senso crítico.

Nota pública SECADI-MEC

Lidar com as diferenças é uma das maiores dificuldades do ser humano. Ao se descobrir a diversidade, em muitas ocasiões, manifesta-se a tensão, a intolerância e, principalmente, o preconceito, que se define como uma postura negativa, sem fundamentos, para com as diferenças manifestadas nas várias dimensões da vida humana. Uma forma de preconceito particularmente sutil é a que se volta contra a identidade linguística do indivíduo e que, mesmo sendo combatido, no Brasil, por estudiosos da sociolinguística continua a ser relevado pela sociedade em geral, inclusive na escola.

O reconhecimento da variação linguística é condição necessária para que os professores compreendam o seu papel de formar cidadãos capazes de usar a língua com flexibilidade, de acordo com as exigências da vida e da sociedade. Isso só pode ser feito mediante a explicitação da realidade na sala de aula.

Todas as línguas mudam com o passar do tempo e variam geográfica e socialmente. A respeito da língua, dois fatos devem ser levados em conta: a) não existe nenhuma sociedade na qual todos falem da mesma forma; b) a variedade linguística é o reflexo da variedade social e, como em todas as sociedades existe alguma diferença de status, essas diferenças se refletem na língua.

Esclarecimentos sobre o livro “Por uma vida melhor”, para Educação de Jovens e Adultos

Uma frase retirada de seu contexto na obra *Por uma vida melhor*, cuja responsabilidade pedagógica é da Ação Educativa, vem gerando intensa repercussão na mídia. Diante da enorme quantidade de informações incorretas ou imprecisas que foram divulgadas, a Ação Educativa se coloca à disposição dos órgãos de imprensa para promover um debate mais qualificado, e esclarece:

6. “Escrever é diferente de falar”. Como o próprio nome do capítulo indica, os autores se propõem, em um trecho específico do livro, a apresentar ao estudante da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) as diferenças entre a norma culta e as variantes que ele aprendeu até chegar à escola, ou seja, variantes populares do idioma.
7. Os autores não se furtam, com isso, a ensinar a norma culta. Pelo contrário, a linguagem formal é ensinada em todo o livro, inclusive no trecho em questão. No capítulo mencionado, os autores apresentam trechos inadequados à norma culta para que o estudante os reescreva e os adeque ao padrão formal, de posse das regras aprendidas. Por isso, é leviana a afirmação de que o livro “despreza” a norma culta. Ainda mais incorreta é a afirmação de que o livro “contém erros gramaticais”.
8. Para que possa aprender a utilizar a norma culta nas mais diversas situações, o estudante precisa ter consciência da maneira como fala. A partir de então, poderá escolher a melhor forma de se expressar. Saberá, assim, que no diálogo com uma autoridade ou em um concurso público, por exemplo, deve usar a variante culta da língua. Mas não quer dizer que deva abandoná-la ao falar com os amigos, ou outras situações informais.
9. É importante frisar que o livro é destinado à EJA – Educação de Jovens e Adultos. Ao falar sobre o tema, muitos veículos omitiram este “detalhe” e a mídia televisiva chegou a ilustrar VTs com salas de crianças. Nessa modalidade, é necessário levar em consideração a bagagem cultural do adulto, construída por suas vivências e biografias educativas.
10. O livro “Por uma vida melhor” faz parte do Programa Nacional do Livro Didático. Por meio dele, o MEC promove a avaliação de dezenas de obras apresentadas por editoras, submete-as à avaliação de especialistas e depois oferece as aprovadas para que secretarias de educação e professores façam suas escolhas. O livro produzido pela Ação Educativa foi submetido a todas essas regras e escolhido, pois se adequa aos parâmetros curriculares do Ministério e aos mais avançados parâmetros da educação linguística.
11. A Ação Educativa tem larga experiência no tema, e a coleção *Viver, Aprender* é um dos destaques da área. Seus livros já foram utilizados como apoio à escolarização de milhões de jovens e adultos, antes de ser adotado pelo MEC, em vários estados.

O que dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

Que fala cabe à escola ensinar

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas.

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico.

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido.

As instituições sociais fazem diferentes usos da linguagem oral: um cientista, um político, um professor, um religioso, um feirante, um repórter, um radialista, enfim, todos aqueles que tomam a palavra para falar em voz alta, utilizam diferentes registros em razão das também diferentes instâncias nas quais essa prática se realiza. A própria condição de aluno exige o domínio de determinados usos da linguagem oral.

Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais: planejamento e realização de entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatizações, etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois seria descabido “treinar” o uso mais formal da fala.

A aprendizagem de procedimentos eficazes tanto de fala como de escuta, em contextos mais formais, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la.

Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental – Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 1997, p. 26-27. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>.

Lista de vídeos e reportagens em áudio disponíveis na internet

- Entrevista com o professor Ataliba Castilho sobre o livro "Por uma Vida Melhor" (muito boa!!!)
<http://www.youtube.com/watch?v=DROHTF4iaiQ>
- José Luiz Fiorin (USP) fala da polêmica sobre o livro didático "Por uma Vida Melhor" (ENFÁTICO! "esse livro NÃO ensina erro de português! vamos deixar isso bem claro!")
<http://youtu.be/o70INhxLrOg>
- Cesar Callegari, do CNE, fala da polêmica sobre o livro "Por uma Vida Melhor" ("É mais uma dessas histórias que não li e não gostei! Temos que desconfiar da notícia fácil!")
<http://youtu.be/7Wio5rAj1Mc>
- Bom dia Espírito Santo: entrevista com a professora Cleonara Schwartz (UFES)
<http://youtu.be/zf6jxbMTDUI>
- Observatório da Imprensa debate a polêmica em torno do livro "Por uma Vida Melhor" - com Marcos Bagno, Maria do Pilar Lacerda, Heloísa Ramos
<http://youtu.be/M4367cC9Cjo>
- Entre Aspas da Globonews: Escritores debatem a falsa polêmica dos erros no livro didático - com Cristóvão Tezza e Marcelino Freire (ótimo, bem-humorado!)
<http://youtu.be/a7SSJc25Jvc>
- Convidados debatem sobre as polêmicas da língua portuguesa - com Maria do Pilar Lacerda e Cristóvam Buarque
<http://g1.globo.com/videos/globo-news/espaco-aberto-alexandre-garcia/v/convidados-debatem-sobre-as-polemicas-da-lingua-portuguesa/1512976/>

Reportagens e entrevistas em áudio:

- Entrevista com Vera Masagão Ribeiro, doutora em educação, coordenadora geral da ONG Ação Educativa
<http://www.cbn.com.br/programas/cbn-total/2011/05/17/ERROS-EM-LIVRO-DE-PORTUGUES-SERVEM-PARA-LEVAR-ALUNOS-DO-COLOQUIAL-A-NORMA-CULTA.htm>
- Entrevista com Fernando Haddad, ministro da Educação
<http://cbn.globoradio.globo.com/programas/cbn-brasil/2011/05/17/HADDAD-EXIME-MINISTERIO-DA-EDUCACAO-DA-ADOCACAO-DO-LIVRO-POR-UMA-VIDA-MELHOR.htm>